

JOAQUIM VITOR ROCHA ALVES

**COOPERAÇÃO INTERNACIONAL: A PARTICIPAÇÃO
BRASILEIRA EM ANGOLA NO PERÍODO PÓS-
INDEPENDÊNCIA**

Monografia apresentada como requisito parcial para a conclusão do curso de bacharelado em Relações Internacionais do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.

Orientadora: Prof^ª. Renata de Melo Rosa

**Brasília – DF
2004**

JOAQUIM VITOR ROCHA ALVES

**COOPERAÇÃO INTERNACIONAL: A PARTICIPAÇÃO
BRASILEIRA EM ANGOLA NO PERÍODO PÓS-
INDEPENDÊNCIA**

Banca Examinadora:

Prof^a. Renata de Melo Rosa
(Orientadora)

Prof. Luiz Valério
(Membro)

Prof^a. Ana Lúcia Delgado Assad
(Membro)

**Brasília – DF
2004**

ABSTRACT

The international cooperation has an important role in the current international relations. This paper makes a study of the evolution of the integration theories since the beginning of cold war until now. It has been done a study of the international cooperation between Brazil and Angola, countries with strong inequalities and common historical roots.

RESUMO

A cooperação internacional exerce um importante papel nas relações internacionais contemporâneas. A monografia realiza um estudo da evolução das teorias de integração a partir do início da Guerra Fria até a atualidade. É realizado um estudo da cooperação internacional entre dois países aparentemente com marcantes desigualdades, mas com raízes históricas comuns: o Brasil e a Angola.

SUMÁRIO

RESUMO	5
ABSTRACT	6
INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO 1 - A INDEPENDÊNCIA DE ANGOLA, A GUERRA CIVIL E O RETORNO À NORMALIDADE INSTITUCIONAL.	
1-1. O PAÍS	9
1-2. UM BREVE HISTÓRICO	10
1-3. ANGOLA NO CONTEXTO DA GUERRA FRIA	12
1-4. 11 DE NOVEMBRO DE 1975: A INDEPENDÊNCIA	13
1-5. PERÍODO PÓS-INDEPENDÊNCIA E A GUERRA CIVIL	15
1-6. O ACORDO DE LUSAKA	18
1-7. ROMPIMENTO E RECRUDESCIMENTO DA GUERRA CIVIL	19
1-8. 2002 ATÉ OS DIAS DE HOJE: NORMALIDADE INSTITUCIONAL E PAZ DURADOURA?	20
CAPÍTULO 2 – A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	
2-1. MECANISMO FUNDAMENTAL NA POLÍTICA EXTERNA	23
2-2. CONJUNTURA INTERNACIONAL: NOVA ORDEM MUNDIAL, GLOBALIZAÇÃO E MODERNIDADE	25
2-3. TEORIAS DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL	26
2-4. O FUNCIONALISMO NOS ANOS 50 E 60	28
2-5. A EVOLUÇÃO DO NEOFUNCIONALISMO A PARTIR DOS ANOS 70	29
2-6. A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL A PARTIR DOS ANOS 90.....	33
2-7. A INFLUÊNCIA DA MUDANÇA DE CENÁRIOS NAS FORMAS DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	34
CAPÍTULO 3 – A PARTICIPAÇÃO DO BRASIL EM ANGOLA	
3-1. RAÍZES COMUNS, COLONIZAÇÃO E INDEPENDÊNCIA DIFERENTES	37
3-2. INFLUÊNCIA FISIAGRÁFICA NOS INTERESSES COMUNS	39
3-3. O RELACIONAMENTO ENTRE A ANGOLA E O BRASIL.....	41
3-4. PRESENÇA INSTITUCIONAL DO BRASIL EM ANGOLA	42
3-5. PARTICIPAÇÃO NA ÁREA ECONÔMICA	45
3-6. A PETROBRÁS EM ANGOLA	46
3-7. ODEBRECHT E O GIGANTESCO PROJETO CAPANDA	47
3-8. A PARTICIPAÇÃO DE FURNAS	48
3-9. A ZONA DE PAZ E DE COOPERAÇÃO DO ATLÂNTICO SUL (ZPCAS) E A COMUNIDADE DOS PAÍSES DA LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP)	50
3-10. TROPAS BRASILEIRAS EM MISSÃO DE PAZ NA ANGOLA	51

CONCLUSÃO	56
ANEXO - I - ENTREVISTA COM O GEN ADHEMAR DA COSTA MACHADO FILHO.....	59
ANEXO - II - ENTREVISTA COM O DR JORGE LUIS DA SILVA	61
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	64

INTRODUÇÃO

Esta monografia visa estudar as atividades de cooperação internacional desenvolvidas a partir de 1975 entre dois países aparentemente com marcantes desigualdades nas áreas de economia, saúde, transporte, educação, e outras, mas com raízes históricas semelhantes: o Brasil e a Angola.

O problema que se apresenta é se realmente o Brasil tem desenvolvido atividades de cooperação internacional com Angola e se está imprimindo a prioridade necessária e coerente com suas proposições teóricas, que serão apresentadas no capítulo II.

Este trabalho parte da hipótese de que o Brasil, teoricamente, atribui alta prioridade à cooperação internacional com Angola, devendo, entretanto intensificar, na prática, atividades na área de comércio, indústria, saúde e etc.

Após o término da II Guerra Mundial, observou-se fases bem marcantes referentes à chamada Ordem Mundial. Inicialmente, verificou-se a bipolaridade, competição entre as duas superpotências – Estados Unidos e União Soviética, disputando a hegemonia. Posteriormente, com o fim da Guerra Fria, verificou-se uma tendência multipolar, apesar da superioridade dos Estados Unidos, e teve grande peso a teoria da Interdependência complexa. Nesta fase, atores não-governamentais intensificaram sua importância nos relacionamentos e nas decisões internacionais. A ONU, as ONGs (Organizações Não-Governamentais), as multinacionais e outros atores coletivos, são exemplos típicos desta fase.

Mais recentemente, com a escalada do terrorismo internacional e principalmente após o atentado de 11 de setembro de 2001, verifica-se uma situação que pode ser considerada uma nova ordem (ou desordem) mundial, ainda com incertezas em áreas críticas, particularmente quanto à segurança, que não permitem um

diagnóstico muito preciso do futuro das relações internacionais.

Neste contexto, o tema “cooperação internacional” também apresentou evoluções, e suas teorias modificaram-se em função da conjuntura internacional.

Angola e Brasil são dois países que sempre estiveram unidos pela herança cultural, pela língua e pelo oceano que lhes são comuns. O tráfico de escravos, a complementaridade de suas economias coloniais, o pronto reconhecimento da Independência de Angola pelo Brasil e a sua destacada participação no decorrer de todo o processo de paz daquele país são fatos que ilustram a comunhão dos interesses dessas nações na busca dos seus desenvolvimentos econômico e social.

Angola constitui uma área estratégica contígua ao território brasileiro. O Oceano Atlântico, apesar de separá-la fisiograficamente do Brasil, representa um fator de coesão e de identificação das aspirações de cada uma dessas nações.

No Capítulo I deste trabalho será feita uma apreciação do processo da independência de Angola. Serão citados os antecedentes históricos deste país, o contexto mundial em que se encontrava durante a guerra da independência e as conseqüências marcantes, particularmente o longo período de guerra civil ao qual Angola esteve envolvida, até chegar aos dias atuais após Acordo de Paz celebrado em 2002, com a expectativa de que seja duradoura.

No capítulo II serão abordados os referenciais teóricos que regem as atividades de integração e de cooperação internacional, procurando concluir parcialmente sobre a situação atual destes importantes instrumentos. As teorias funcionalista e neofuncionalista tiveram prevalências distintas nos períodos da Guerra Fria e do pós-Guerra Fria, sofrendo influência direta das mudanças da ordem mundial.

Finalmente, no Capítulo III será feita uma apreciação do nível de relacionamento do Brasil com Angola, centrando-se no período de pós-independência deste país africano, sendo que serão apresentadas importantes atividades de cooperação internacional na área governamental, econômica, militar e outras, que tão bem caracterizam o enfoque da política de relações internacionais e a prioridade que o Brasil atribui à aproximação com Angola na atualidade.

CAPÍTULO 1

A INDEPENDÊNCIA DE ANGOLA, A GUERRA CIVIL E O RETORNO À NORMALIDADE INSTITUCIONAL.

Somente no final de 1975 Angola deixou de ser uma colônia portuguesa. Mesmo assim, a assinatura da independência deu início a uma guerra que durou até recentemente. Se forem considerados os movimentos pela independência, iniciados em 1961, o país esteve mergulhado em conflitos por mais de 40 anos, até o recente acordo de paz celebrado em 2002.

Para uma melhor compreensão do processo da sua independência e acontecimentos posteriores, torna-se necessário mencionar as características fisiográficas de Angola, uma síntese histórica de Angola e a sua posição no contexto mundial do período da Guerra Fria, particularmente nos anos 60 e 70, tópicos estes que serão comentados a seguir.

1-1 . O PAÍS

Angola situa-se na costa ocidental da África austral, tendo sido colônia portuguesa até 11 de novembro de 1975, quando conquistou sua independência. Tem uma área de 1.246.700 Km quadrados.

O país divide-se em 18 províncias e tem como capital a cidade de Luanda. Com uma extensão de 4.837 Km, as suas fronteiras terrestres localizam-se a norte com Congo, a nordeste e leste com a República Democrática do Congo (ex-Zaire) e a Zâmbia e ao sul com a Namíbia. Angola tem uma costa de 1.650 Km banhada pelo Oceano Atlântico.

O número estimado de habitantes em 1995 era de 11 milhões, com previsão de

chegar a 16 milhões em 2010. Desse total, 32% da população vivia em áreas urbanas e 53% era economicamente ativa. Estimava-se em 1995 que Luanda tinha cerca de 5 milhões de habitantes. A língua oficial é o português, mas Angola tem várias línguas nacionais, como o umbundo, kimbundo, kikongo e outras.

Angola, que tem uma das maiores jazidas de diamantes do planeta e com uma produção de 700 mil barris de petróleo por dia, não consegue ainda, devido ao longo período de guerra civil, desfrutar dessa riqueza e dar melhores condições vida à sua população. Recentemente, o país figura apenas como o 160º colocado mundialmente no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano¹.

1-2 . UM BREVE HISTÓRICO

Angola é povoada pelo menos desde o século V a.C., embora existam achados arqueológicos de ocupações muito anteriores.

Os portugueses, sob o comando de Diogo Cão, no reinado de D. João II, chegaram ao Zaire em 1483. É a partir deste momento que se iniciará a conquista pelos portugueses desta região de África, incluindo Angola. O primeiro passo foi estabelecer uma aliança com o reino do Congo, que dominava toda a região. Ao sul deste reino existiam dois outros, o de Ndongo e o de Matamba, os quais não tardaram a fundir-se, para dar origem ao reino de Angola.

Explorando as rivalidades e conflitos entre estes reinos, na segunda metade do século XVI, os portugueses instalaram-se na região de Angola. O primeiro governador de Angola, Paulo Novais, procurou delimitar este vasto território e explorar os seus recursos naturais, em particular os escravos. A penetração para o interior, como em todas as outras colonizações europeias na África, foi muito limitada. Em 1576, foi fundada São Paulo de Luanda, a atual cidade de Luanda.

¹ Dados constantes da Página do Ministério de Relações Exteriores de Angola, disponível no site <http://www.mirex.ebonet.net/angola.htm> . Acesso em 25/04/2004.

Angola transformou-se rapidamente no principal mercado abastecedor de escravos das plantações da cana do açúcar do Brasil.

Até finais do século XVIII, Angola funcionou como um reservatório de escravos para as plantações e minas do Brasil. A ocupação dos portugueses confinou-se às fortalezas da costa.

A colonização efetiva do interior só teve início no século XIX, após a Independência do Brasil (1822) e o fim do tráfico de escravos (1836-42), mas não da escravatura. Esta ocupação pode ser interpretada como uma resposta às pretensões de outras potências europeias, como a Inglaterra, a Alemanha e a França, que reclamavam na altura o seu quinhão em África. Diversos tratados foram firmados estabelecendo os territórios que a cada uma cabem, de acordo com o seu poder e habilidade de negociação.

As fronteiras atuais de Angola só foram definidas em finais do século XIX (Congresso de Berlim – 1884-5), sendo a sua extensão muitíssimo maior do que o território dos Umbundos, cuja língua o território de Angola estava associado.

A colonização de Angola, após a implantação de um regime republicano em Portugal (1910), entrou em uma nova fase. Os republicanos haviam criticado duramente os governos monárquicos por ter abandonado as colônias. O aspecto mais relevante da sua ação circunscreveu-se à criação de escolas. No plano económico, iniciou-se a exploração intensiva de diamantes. A Diamang (Companhia dos Diamantes de Angola) foi fundada em 1922.

O desenvolvimento económico só teve início de forma sistemática, em finais dos anos trinta, quando foi incrementada a produção de café, sisal, cana do açúcar, milho e outros produtos. Tratava-se de produtos destinados à exportação.

O desenvolvimento destas explorações foi acompanhado por vagas de imigrantes incentivados e apoiados muitas vezes pelo próprio Estado. Entre 1941 e 1950, saíram de Portugal cerca de 110 mil imigrantes com destino às colônias,

sendo que a maioria fixou-se em Angola. O fluxo imigratório prosseguiu nos anos 50 e 60.

Nos anos quarenta, a questão da descolonização emergiu no plano internacional e tornou-se irreversível. Em 1956, foi publicado o primeiro manifesto do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA).

No princípio dos anos 60, três movimentos de libertação - UPA/FNLA, MPLA e UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola), desencadearam uma luta armada contra o colonialismo português, conforme será visto no item 1-4.

1-3 . ANGOLA NO CONTEXTO DA GUERRA FRIA

Com o fim da segunda Guerra Mundial, o mundo passou a viver a Bipolarização de ideologias entre o Capitalismo dos Estados Unidos e o Comunismo da União Soviética, período da história que ficou conhecido como a Guerra Fria. Durante este período, os Estados Unidos e a União Soviética se engajaram numa clássica corrida armamentícia, desenvolvendo armas nucleares e meios de lançamentos cada vez mais sofisticados tecnologicamente.

Segundo Huntington, nesse período da história:

“(…) um país podia ser não alinhado, como muitos eram, ou, como faziam alguns, podia mudar seu alinhamento de um lado para o outro. Os dirigentes de um país podiam fazer essas opções em função das suas percepções dos seus interesses de segurança, suas avaliações do equilíbrio de poder e suas preferências ideológicas. No mundo novo, entretanto, a identidade cultural é o fator essencial para moldar as associações e os antagonismos de um país. Enquanto que um país podia evitar se alinhar no contexto da Guerra Fria, ele não pode prescindir de identidade. A pergunta “De que lado você está?” foi substituída pela pergunta muito mais fundamental “Quem você é?”. Todos os Estados precisam ter uma resposta para essa pergunta. A resposta – sua identidade cultural – define o lugar desse Estado na política mundial, seus amigos e seus inimigos.” (Huntington, Samuel, 1996, p.153)

No caso da África, a descolonização no pós-guerra reduziu ainda mais a influência européia, mas não a dos Estados Unidos, que substituíram o tradicional império territorial por um novo imperialismo transnacional.

Os Estados Unidos, em especial, se defrontavam com o problema do “Tirano Amistoso”²: os dilemas de cooperar com ditadores e juntas militares que eram anticomunistas e, por isso, parceiros úteis na Guerra Fria. Essa cooperação produziu mal-estar e, às vezes, embaraços quando esses regimes cometiam violações revoltantes dos direitos humanos. Entretanto, a cooperação podia ser justificada como o mal menor: esses governos eram geralmente menos repressivos do que os regimes comunistas e se podia supor que seriam menos duráveis e também mais suscetíveis às influências norte-americanas e de outras origens externas. Por que não trabalhar com um tirano amistoso menos brutal se a alternativa era outro mais brutal e inamistoso?

Durante os 40 anos da Guerra Fria, os conflitos foram se espalhando em um sentido descendente à medida que as superpotências tentavam recrutar aliados e parceiros, bem como subverter, converter ou neutralizar os aliados e parceiros da outra superpotência. Evidentemente, a competição era mais intensa no Terceiro Mundo, onde Estados incipientes e frágeis eram pressionados pelas superpotências para se juntarem à grande competição internacional.

1-4 . 11 DE NOVEMBRO DE 1975: A INDEPENDÊNCIA.

Dentro do contexto mundial já mencionado, em 1961, o mundo estava dividido em dois: de um lado, os países capitalistas alinhados aos Estados Unidos; de outro, os países socialistas organizados ao lado da União Soviética. Na África, os povos desejavam uma liberdade que ainda não havia sido conquistada. É nesse contexto que estouraram guerras pela independência em diversos países.

² Expressão utilizada por Samuel Huntington em *O Choque das Civilizações*. São Paulo: Ed Objetiva, 1996, p.247

Durante a guerra pela independência de Angola, movimentos políticos de orientações diversas tomaram o mesmo lado, embora cada um defendesse o alinhamento com um dos dois blocos internacionais. É nesse momento que surge o Movimento Popular pela Libertação de Angola, o MPLA (1956), alinhado com os socialistas, e a Frente Nacional para a Libertação de Angola, a FNLA (1962), e a União Nacional para Independência Total de Angola, a Unita (1966), do lado do Ocidente capitalista.

Em 1964, no Congo, Agostinho Neto se encontrou com Che Guevara, que lhe ofereceu a assistência de Cuba.

No lado do MPLA, vários instrutores cubanos tinham de fato estado com os guerrilheiros desde os primeiros dias da guerra de libertação em Cabinda, mas o que desencadeou o envio de 480 instrutores cubanos, que chegaram no meio de Outubro em três navios, foi a invasão de tropas regulares sul-africanas, que entraram dez milhas no sul de Angola em 5 de Agosto de 1975, seguidas por novas ondas de invasão entre 14 e 23 de outubro do mesmo ano, com veículos armados e artilharia que se movia para o norte em direção à Luanda. O governo sul-africano justificou o ataque alegando que Angola fornecia armas aos guerrilheiros da vizinha Namíbia, um país pequeno, mas rico em ouro e outros minerais. Na verdade, a África do Sul queria deter o avanço de movimentos de esquerda no continente, avanço que poderia estimular a luta contra o “apartheid” sul-africano.³

A importância da Independência de Angola foi assim descrita por Victoria Brittain em sua obra *Morte e Dignidade: A Guerra Civil em Angola*:

“Quando a bandeira vermelha e preta com a estrela amarela, que representava a Angola independente, se elevou sobre Luanda em 11 de Novembro de 1975, pondo

³ Disponível em <http://www.tvcultura.com.br/aloescola/historia/guerrafria/guerra10/terceiromundo-africa3.htm> . Acesso em 02/05/2004.

fim aos anos de colonialismo português, foi uma vitória para um movimento de libertação africano, mas também uma vitória com uma ressonância política e econômica que ultrapassava o continente.” (Brittain, 1999, p. 45).

Os países do Terceiro Mundo, da América Latina e da Ásia, que lutavam com as complicações econômicas e sociais deixadas pelo colonialismo, identificaram-se com a natureza desigual da luta angolana. E a dura independência conquistada por Angola era, para muitas nações pós-coloniais ou coloniais, uma garantia de que a libertação do resto da África era possível. Em Angola, tal como no Vietnã, as guerrilhas tinham vencido. A vitória do Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA) fez parte dos fatores que deram origem ao novo sentimento de confiança que varria o Terceiro Mundo.

O exército voluntário do MPLA tinha lutado contra os portugueses no interior do país durante mais de uma década, contribuindo para o colapso do império português, derrubado pelo golpe contra o regime fascista em Lisboa em Abril de 1974. Os guerrilheiros angolanos, homens e mulheres, brancos e negros, tinham conseguido derrotar a força militar mais poderosa da África – a da África do Sul do “apartheid” -, o bem equipado exército regular do Zaire, duas forças angolanas rivais – a UNITA e a FNLA.

1-5 . PERÍODO PÓS-INDEPENDÊNCIA E A GUERRA CIVIL

O período pós-independência está assim descrito na página “Imigrantes”⁴:

“ A independência de Angola não foi o início da paz, mas o início de uma nova guerra aberta. Muito antes do dia da Independência, 11 de Novembro de 1975, já os três grupos nacionalistas que tinham combatido o colonialismo português lutavam entre si pelo controle do país, e em particular da capital, Luanda. Cada um deles era na altura apoiado por potências estrangeiras, dando ao conflito uma dimensão internacional.” (Página “*Imigrantes*”, 2004)

⁴ Disponível em <http://imigrantes.no.sapo.pt/page2angola2.html>. Acesso em 10/04/2004.

A consolidação da libertação de Angola do jugo colonialista português deu força a outros movimentos similares no continente africano.

Em conseqüência, forças do Zaire e da racista África do Sul invadiram Angola imediatamente, em apoio à FNLA e à UNITA, respectivamente. Agostinho Neto, presidente e representante do MPLA recorreu à ajuda de Cuba, que auxiliou com grande contingente de homens e também com logística. Isso ocasionou, já em 1976, a derrota da FNLA, afastamento do Zaire e a desarticulação quase total da UNITA.

Com a morte de Agostinho Neto em 1979, sendo sucedido no poder por José Eduardo dos Santos, não houve redução do comportamento agressivo da UNITA. As crescentes pressões que os EUA sofriam para condenar o regime da apartheid na África do Sul levavam cada vez mais o mundo a ver que uma solução negociada para o conflito era o único caminho para acabar com sua internacionalização.

Em dezembro de 1988, Nova Iorque, foi palco do encontro histórico entre os governos da África do Sul, Angola e de Cuba, sob mediação dos EUA. A retirada das tropas sul-africanas e cubanas era o ponto determinante do acordo, que também previa a negociação de paz entre o governo de Angola e a UNITA, e a definição, por parte da África do Sul, de uma data para a independência da Namíbia.

Com efeito, os soldados estrangeiros retiraram-se de Angola, obedecendo a um cronograma, e a Namíbia tornou-se independente, em março de 1990. Esse fato mostra a importância que Angola teve na libertação da Namíbia

Dois anos depois, representantes da UNITA e do governo de Angola encontraram-se em Portugal. Esta cimeira terminou com um amplo acordo assinado pelas duas partes, ampliando as esperanças de paz em Angola. Foi estabelecido um grande cronograma que culminaria com a realização das primeiras eleições livres e democráticas em Angola, que seriam supervisionadas pelas Nações Unidas. O governo e a UNITA também deveriam dissolver seus exércitos e formar um único,

as Forças Armadas Angolanas (FAA).⁵

O governo cumpriu os seus compromissos: desmobilizou grande parte de seu exército, de quase 400 mil homens, garantiu a liberdade dos partidos políticos e programou eleições presidenciais e legislativas para Novembro de 1992. Durante a campanha, que trouxe um clima de relativa paz ao país, Savimbi, líder da UNITA, começou a mostrar os seus reais desígnios. Com um aparato de segurança ameaçador, intimidava a população, começava a admitir atentados que antes negava, deixando claro que não aceitaria outro resultado no pleito que não fosse sua vitória.

Mesmo assim, Savimbi não conseguiu seu intento, e a população mostrou claramente que caminho desejava seguir. O MPLA derrotou a UNITA por 54% a 34% dos votos nas eleições legislativas, enquanto, para a presidência, José Eduardo dos Santos teve 49,6% dos votos, e Savimbi, 40,1%. Apesar da vitória, o acordo previa que, se nenhum dos candidatos alcançasse 50% dos votos, haveria uma nova volta na eleição.

Mas essa nova volta não chegou a ser realizada. Savimbi alegou fraudes na votação, contrariando o parecer de toda a comunidade internacional, inclusive da representante especial do secretário geral das Nações Unidas, Margareth Anstee. O líder da UNITA, assim, retirou-se para a província de Huambo e ordenou o reinício da guerra em grande escala. As FAPLA haviam sido desmobilizadas, as FAA ainda estavam em formação, mas as FALA ainda estavam intactas. Eram dois os objetivos: controlar totalmente o país, ou, pelo menos, grande parte dele, inclusive com o intuito de criar a "Angola do Sul".

Savimbi foi surpreendido pela resistência da própria população, que, indignada com a violação do tratado de paz, empunhou armas em várias cidades e lutou contra as forças da UNITA. Em Luanda, os combates foram violentos, e as forças de

⁵ *Ministério de Relações Exteriores de Angola*. Disponível em <http://www.mirex.ebonet.net/angola.htm>. Acesso em 12/04/2004

Savimbi foram expulsas da capital. Com o tempo, essa resistência foi ocasionando o aumento progressivo dos bandos de Savimbi contra as populações civis.

As Forças Armadas, auxiliadas pela mobilização popular, começaram uma escalada de êxitos contra a UNITA que as colocaram muito próximas à vitória final. Mas os apelos internacionais, e em especial a pressão dos EUA, levaram novamente à reabertura da via diplomática. Savimbi, acuado, prestou-se prontamente a voltar à mesa de negociações. Seu objetivo era ganhar tempo.

Vários encontros que pretendiam retomar as negociações foram realizados sob os auspícios das Nações Unidas: Namibe, no sul de Angola, em 1992; em Addis Abeba, na Etiópia, entre Janeiro e Março de 1993; e em Abidjan, na Costa do Marfim, em Abril e Maio de 1993. Todos fracassaram e a UNITA atacou o Uíge, no norte do país. Em Addis Abeba, a UNITA abandonou a mesa de negociações e iniciou um ataque ao Huambo.

Em Abidjan, seis semanas de negociações foram desperdiçadas quando a UNITA se recusou a assinar um acordo com 38 pontos, o qual o governo angolano já havia aceito. Nesse último caso, Savimbi exigia que tropas da ONU entrassem em ação enquanto os exércitos da UNITA e as FAA se acantonariam. Tal atitude ia totalmente contra as várias resoluções das Nações Unidas que determinaram, após as eleições de 1992, a retirada das tropas da UNITA dos territórios ocupados. A guerra recrudescia ainda mais.

1-6 . O ACORDO DE LUSAKA

No dia 20 de novembro de 1994, após meses de difíceis negociações, o então ministro das Relações Exteriores de Angola, Venâncio de Moura, e o então secretário Geral da UNITA, Engenio Manuvakola, assinaram o Protocolo de Lusaka, na Zâmbia, que retomava pontos básicos do Acordo de Bicesse.

Havia a esperança de que este novo acordo traria a paz definitiva devido a algumas boas razões: a Guerra Fria tinha terminado, e o mundo começava a se voltar mais para a defesa dos direitos humanos. E principalmente porque, em Maio

de 1993, os EUA, na figura do presidente Bill Clinton, reconheceram o Governo de Angola. O presidente norte-americano tinha o objetivo de esvaziar qualquer conotação política que pudesse haver nos atos terroristas de Jonas Savimbi.

Entre outras coisas, o Protocolo de Lusaka previa a criação de um governo de reconciliação nacional, reiterava a necessidade de desmobilização das forças militares de ambos os lados, e, igualmente, a entrega às autoridades governamentais das áreas controladas pela UNITA.

Apesar dos esforços das Nações Unidas, novamente pouco saiu como previsto, a começar pela desmobilização das tropas. As Forças Armadas reduziram os seus efetivos para apenas 70 mil homens, mas a UNITA continuava a relutar em integrar seus homens no exército único.

1-7 . ROMPIMENTO E RECRUDESCIMENTO DA GUERRA CIVIL

Na tentativa de superar os impasses sucessivos impostos por Savimbi na busca da paz, o presidente José Eduardo dos Santos resolveu empossar, em Abril de 1997, o Governo de Unidade e Reconciliação Nacional (GURN), medida que deveria ser colocada em prática apenas depois da entrega dos territórios ocupados pelos guerrilheiros. Assim, a UNITA passou a integrar vários ministérios e a ocupar 70 lugares na Assembléia Nacional, vagos desde a interrupção do processo eleitoral de 1992.

Durante todo esse processo, Savimbi não cedeu em sua agressividade. Em dezembro de 1995, atacou o município de Soyo, onde estão sediadas as empresas petrolíferas norte-americanas e francesas. E em março de 1998, suas forças promoveram o massacre de mais de 200 civis na província de Malanje. E Savimbi continuava a treinar suas tropas, como atestou, em agosto de 1997, a própria força de paz da Missão de Observação das Nações Unidas em Angola (MONUA).

A comprovação veio no mesmo ano na figura do secretário Geral da Unita, Eugénio Manuvakola, que estava desaparecido desde que assinara o Protocolo de Lusaka. Ele havia fugido do quartel-general de Savimbi. Manuvakola revelou que

havia sido preso e torturado por ter assinado o acordo sem que este previsse a entrega das províncias de Huambo, Bié e Benguela sob o controle de Savimbi. Ele revelou também que as forças da UNITA estavam reorganizando-se para reiniciar a guerra quando bem entendessem.

Neste ponto, a falha da MONUA foi não perceber que Savimbi aproveitava o cessar-fogo para contrabandear diamantes e, com o dinheiro obtido, fortalecer suas tropas com armamentos sofisticados e mercenários ucranianos, tutsis e sul-africanos. E, enquanto isso, o governo angolano buscava voltar à mesa de negociações e fazia concessões. Os ataques de Savimbi continuaram e a guerra prosseguiu até recentemente. Após quase 40 anos de conflitos, cinco em cada seis angolanos nunca conheceram a paz. Desconhecem-se os números exatos, mas os mortos elevam-se a mais de 1 milhão. Cerca de um terço da população foi deslocada pela guerra ao ser obrigada a deixar seus locais de origem.⁶

1-8. 2002 ATÉ OS DIAS DE HOJE: NORMALIDADE INSTITUCIONAL E PAZ DURADOURA ?

Após longo período de guerra civil com milhares de mortos e deslocamento em massa de sua população, a morte, em fevereiro de 2002, de Jonas Savimbi, líder da UNITA, levou à assinatura do cessar-fogo de quatro de abril do mesmo ano e pôs fim ao sangrento conflito angolano. A paz trouxe esperança, mas também novos desafios e prioridades para Angola. Um dos desafios mais importantes enfrentados pelo país em sua transição para a paz será o retorno e integração de milhões de deslocados internos, refugiados nos países vizinhos e os ex-combatentes deslocados durante o conflito.

A assinatura do Memorando de Entendimento em 4 de abril de 2002 entre as Forças Armadas Angolanas, FAA e as Forças Militares da UNITA, FMU, após a

⁶ *Ministério de Relações Exteriores de Angola*. Disponível em <http://www.mirex.ebonet.net/angola.htm>. Acesso em 12/04/2004

morte do líder Jonas Savimbi, em fevereiro de 2002, pôs fim a quase três décadas de conflito entre o governo angolano liderado pelo partido do MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) e a UNITA.

O Memorando de Entendimento de Luena, também conhecido como o Acordo de Luena, cidade onde o acordo foi assinado reitera os elementos principais do Protocolo de Lusaka, de 1994, assinado na capital Zambiana. O Acordo de Luena prevê a implementação do cessar-fogo através do desarmamento, aquartelamento e desmobilização das forças militares da UNITA, a integração dos oficiais de maior patente nas forças armadas e polícia nacional, e uma lei de anistia geral para todos os crimes cometidos durante o conflito.

Um ano após a assinatura do acordo de paz, mais de dois milhões de pessoas deslocados internos e aproximadamente 25 por cento dos refugiados vivendo no exterior retornaram para seus lugares de origem. No entanto, um grande efetivo desses deslocados ainda permanece no exílio, em centro de trânsito ou acampamentos temporários. Tragicamente, o retorno de deslocados internos—freqüentemente sem qualquer assistência formal—tem causado centenas de mortes e ferimentos, devido principalmente a ampla presença de minas terrestres em Angola, e colocou centenas de milhares de civis em necessidade urgente de assistência e proteção.

A “ Human Rights Watch” ⁷ acredita que o sucesso da transição da guerra para uma paz duradoura depende do respeito aos direitos fundamentais desses três grupos. Particularmente, as autoridades angolanas e das Nações Unidas (ONU) devem garantir a segurança, a entrega de suprimentos de ajuda humanitária e fornecer educação e outros serviços básicos para aqueles em centros de trânsito. Devem ainda garantir condições semelhantes nas áreas de retorno dos deslocados internos, refugiados e ex-combatentes. As autoridades angolanas e as agências da

⁷ Disponível em <http://www.hrw.org/portuguese/reports/angola0803/3.htm>. Acesso em 22/03/2004.

ONU deveriam prestar atenção especial às necessidades das mulheres, crianças e outros grupos vulneráveis. A não garantia dessas normas poderá agravar a situação atual, ameaçar o processo de paz e minar as esperanças de desenvolvimento.

Ao final da guerra civil, a infra-estrutura em Angola estava em ruínas. Minas terrestres infestavam o interior do país, sendo que hospitais, centros de saúde e escolas foram destruídos durante o conflito. Uma falta de profissionais qualificados no interior do país significa que os serviços básicos de saúde e educação não estão disponíveis para a maioria da população. Há uma grande preocupação internacional no sentido de um esforço para desenvolver a infra-estrutura devastada em Angola.

Os angolanos lutaram para sobreviver em meio a um dos mais longos conflitos da história moderna. Durante esse período contabilizou-se, aproximadamente, um milhão de pessoas mortas, 4,1 milhões de deslocados e 400.000 levados aos países vizinhos da Zâmbia, Congo, República Democrática do Congo e Namíbia.⁸

A situação atual é de grande esperança de que a paz interna realmente seja consolidada e que Angola possa retomar, dentro de um quadro de normalidade política, ao seu tão desejado desenvolvimento econômico e social. Sem dúvidas, as atividades de cooperação internacional neste momento são importantíssimas e extremamente valiosas para o povo angolano.

⁸ Dados constantes da Página “*Human Rights Watch*”, disponível em <http://www.hrw.org/portuguese/reports/angola0803/3.htm>. Acesso em 22/03/2004.

CAPÍTULO 2

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

2-1. A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL: MECANISMO FUNDAMENTAL NA POLÍTICA EXTERNA.

A cooperação internacional constitui um importantíssimo mecanismo auxiliar da política externa das nações. Ao proporcionar a integração internacional, a colaboração nos campos científico e tecnológico e a realização de operações internacionais lastreadas na competitividade, formam recursos humanos orientados para as prioridades do desenvolvimento, particularmente para países em desenvolvimento como o Brasil.

De acordo com Marcos Trovivo ⁹, deve-se entender, num plano mais geral, cooperação como “alguma atividade conjunta”, para cujo resultado final concorrem, necessariamente, diferentes atores. Não se move pelos interesses predominante pecuniários que marcam uma relação do tipo contratual. Cada cooperante tem a noção de ser um agente da atividade e não o mero receptor de um serviço realizado por outrem.

Os objetivos de uma atividade de cooperação, cuja matéria-prima e produto essencial é o conhecimento, são conjuntamente definidos, e a meta que se busca é passível de interpretações e apropriações distintas, e, portanto, de ganhos científico-tecnológicos, políticos, econômicos e sociais diferentes por parte de cada cooperante. As atividades de cooperação se realizam, ademais, envolvendo conhecimentos que, em princípio, não poderiam ser apreendidos unicamente através de modalidades tradicionais de comércio internacional, seja pela impossibilidade do pagamento de elevadas taxas de *royalties*, seja pelo fato de que o caráter de “vanguarda” ou de “última geração” daquele determinado conhecimento não o

⁹ Conceito utilizado por Troyjo, Marcos, em *Tecnologia & Diplomacia: Desafios da cooperação internacional*, São Paulo: Ed Aduaneiras, São Paulo: Ed. Aduaneiras, 2003, p. 104.

disponibiliza para as trocas internacionais. Cooperação, entendida dessa forma, se estende a todas as atividades envolvendo atores nacionais e/ou internacionais. No entanto, a partir do final da segunda guerra mundial, surgiu a figura da “cooperação para o desenvolvimento”, que se conformou segundo dois vetores: a cooperação científico-tecnológica e a cooperação técnica.

Atualmente, a percepção dominante da comunidade internacional é a de que os mecanismos que decorrem desses conceitos, que tiveram sua utilidade nas décadas de 60 e 70, estão hoje superados, e novas modalidades de cooperação tendem a surgir. Em conseqüência, a cooperação técnica sofreu um processo dramático de tematização e condicionalidades que tendem não apenas a “segregar” países de seus benefícios, como centrarem-se com exclusividade em setores pré-estabelecidos pelos chamados países “transmissores”. Esta tendência é evidente tanto no plano bilateral como multilateral. Quanto à cooperação técnico-científica, Marcos Troyjo assim apresenta a sua visão da atualidade:

“(…)a cooperação científico-tecnológica encontra-se revitalizada, uma vez que os países de maior sofisticação nesse campo identificam em alguns setores a inegável necessidade de contar com a participação de parceiros não tradicionais de razoável equivalência, de que são exemplos países emergentes como o Brasil, China, Índia e África do Sul.” (Troyjo, 2003, p. 105).

Observa-se, ainda, que a cooperação internacional, embora com grande ênfase na área econômica/comercial, não se restringe às áreas mencionadas anteriormente, englobando na atualidade a cooperação em praticamente todos os campos: social, político, saúde, militar, educacional e cultural.

Para uma compreensão mais realista das atividades de cooperação internacional, é importante situá-la no contexto internacional recente, conforme será abordado a seguir.

2-2. CONJUNTURA INTERNACIONAL: NOVA ORDEM MUNDIAL, GLOBALIZAÇÃO E MODERNIDADE.

A dissolução do império soviético, a multipolarização da economia mundial e a tendência de crescimento do número de conflitos separatistas, de fundo étnico ou religioso caracterizaram o advento de um novo ordenamento no concerto das nações. Nesse contexto, a Organização das Nações Unidas (ONU) assumiu um papel mais atuante na manutenção da paz e da segurança mundial.

Não podem deixar de ser mencionados também, os conceitos de Globalização e de Modernidade, considerando que estes fenômenos têm influência direta nas ações de cooperação internacional nos dias de hoje.

São variáveis os conceitos de Globalização, havendo extremos radicais, desde a concepção de que a Globalização é um fenômeno totalmente natural e espontâneo, sendo benéfica a todos os países, inclusive aos mais pobres, até posições de que este fenômeno é inteiramente orquestrado pelos poderosos, que esmagariam os mais fracos, em prol de uma chamada "governança global". Dentre estes conceitos, parece ter uma aceitação mais razoável, o de Pierre Size, que no Dicionário da Globalização conceitua:

" A globalização é um termo utilizado há vários anos pelos economistas da moda para descrever um processo apresentado como recente, mas de fato, existente desde o início do século, e que foi descrito por Lênin, em " Imperialismo, Estágio Supremo do Capitalismo": crescimento e primazia das exportações de capital, desenvolvimento da divisão internacional do trabalho, dos trustes multinacionais, interconexão das economias dos diferentes países, etc. Este nome surge pelo fato de que este processo tomou uma amplitude particular desde os anos 80, em que a desregulamentação generalizada acelera as condições da concorrência no plano mundial e o desenvolvimento dos meios de transporte e telecomunicações suprimiram um a um os obstáculos à deslocalização de centros de produção. Ao mesmo tempo, as crises financeiras, que no passado levavam meses ou anos para se propagar, agora tocam todas as praças financeiras em alguns instantes." (Pierre Size, p.55-6.)

O conceito de Modernidade, também discutível, é abordado por Anthony Giddens, em seu livro “As conseqüências da Modernidade”, onde cita:

“ a modernidade refere-se a estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que hoje se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência”. (Giddens, 1991, p.11).

Giddens destaca em sua obra, que a modernidade é inerentemente globalizante e menciona que a viagem no moderno carro de “Jagrená” (o capitalismo de alta modernidade) não é desagradável e muito menos desprovida de recompensas; os problemas são conseguir controlar a direção e o ritmo do avanço, bem como as vítimas que ficam pelo caminho.¹⁰

Merecem ser mencionados ainda, os últimos acontecimentos de vulto – o atentado terrorista de 11 de setembro de 2001 e a decisão “unilateral” dos Estados Unidos de invadir o Iraque em 2003, indiferente da posição da ONU, fatos estes que marcam uma inflexão na ordem mundial e que ainda estão submetidos à crítica e às pressões internacionais, gerando incertezas sobre o futuro das relações internacionais.

Em conseqüência da breve análise destes pontos anteriormente abordados – a “nova ordem mundial”, a “globalização” e a “modernidade”, torna-se perfeitamente compreensível concluir que as atividades de cooperação internacional e a evolução de suas teorias são diretamente influenciadas pelas mudanças da conjuntura mundial.

2-3 . TEORIAS DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL

Existem diversas correntes de pensamento sobre o tema integração internacional; destes, destacam-se as seguintes teorias: Teoria Funcionalista, Teoria baseada nas Comunicações e Teoria Neofuncionalista.¹¹

¹⁰ Giddens, *Conseqüências da Modernidade*, 1991, p.140 e 151.

¹¹ Classificação utilizada por Pons, em *Claves Del Siglo XXI*, 2000, p.226-230.

2-3-1. TEORIA FUNCIONALISTA

David Mitrany foi o iniciador da teoria funcionalista, tendo grande quantidade de seguidores e intérpretes. A maioria destes parte da premissa de que o atual sistema internacional, por ser estado-cêntrico, é a grande causa dos esforços infrutíferos para se alcançar um mundo mais pacífico. Por isso, propõem a idéia da criação de organizações cooperativas sobre bases não políticas, funcionais e de reduzido âmbito de ação.

Mitrany desenvolveu sua tese no período entre as duas guerras mundiais, mas seu pensamento influenciou sobre toda uma geração de “internacionalistas” que viria depois da II Guerra Mundial. Sua idéia central era chegar a um mundo mais pacífico, reconhecendo, entretanto, as necessidades cada vez maiores que a vida moderna requer da colaboração, entre si, mais de especialistas do que de generalistas (elite política). Como consequência, admitia que estas novas organizações de colaboração funcional poderiam, em alguns casos, superar as instituições políticas tradicionais.

2-3-2. TEORIA DAS COMUNICAÇÕES

Karl Deustch defendeu que para se estabelecer uma integração duradoura e firme, há a necessidade de um fluxo intenso de transações internacionais como o comércio, a correspondência, o turismo e outros, de tal forma que tais fluxos tendem a criar sistemas políticos e econômicos integrados.

Norgert Wiener, um autor dedicado à investigação cibernética, destacou:

“A comunicação é o cimento que une as organizações. A comunicação também permite a um grupo pensar juntos, ver juntos e atuar juntos”
(Pons, 2000, p.228).

Deustch, ao referir-se à integração que daria lugar a esse aumento das comunicações, conclui que através de tais processos se estaria alcançando o que o autor chama de “comunidades de segurança”, que poderiam ser comunidades

amalgamadas, várias unidades anteriormente independentes com um governo único ou comunidades pluralistas, onde se mantém os governos separados, como por exemplo, a OTAN.

2-3-3. TEORIA NEOFUNCIONALISTA

Os textos neofuncionalistas incluem trabalhos de Philippe Schmitter, Joseph Nye e Rober Keohane. Muitos destes autores utilizam as experiências da formação e da evolução da Comunidade Européia para dar sustento a suas bases teóricas. É assim que postulam que os dirigentes das partes que desejam integrar-se, fazem um cálculo detalhado de custos e benefícios antes de iniciarem as tarefas integradoras; afirmam ainda que é o pragmatismo que guia as elites, deixando de lado todo chamado altruísta como motor da integração. Portanto, há uma mudança do técnico para o político e baseados em uma postura realista, postulam a necessidade de efetuar cálculos do poder, presente e a ser obtido, como exigência prévia e inevitável, antes de ações de integração.

Após esta breve explanação das bases teóricas destas teorias de integração, será vista nos próximos tópicos a forma como estas teorias foram aplicadas e como evoluíram em função de mudanças no contexto internacional nos últimos anos, com destaque para as teorias funcionalista e neofuncionalista.

2-4 . O FUNCIONALISMO NOS ANOS 50 E 60

Os estudos empreendidos nos anos 50 e 60 tiveram como característica comum a forte influência da abordagem funcionalista ¹². As obras de David Mitrany, de Philippe Schmitter e, particularmente, a de Ernest Haas são fortemente marcadas pela perspectiva funcionalista. Em sua formulação original, o funcionalismo associou-se à proliferação das organizações internacionais e às expectativas de que esse fenômeno resultaria em crescentes níveis de cooperação internacional. Tinha

¹² Visão da abordagem funcionalista apresentada por Vaz, Alcides em *Cooperação, Integração e Processo Negociador*, 2002, p. 27-32

como premissa a separação entre as considerações de poder, que marca o universo da chamada “alta política” (high politics) na visão realista, e os interesses referentes ao bem-estar que configurariam o universo de “baixa política”.

De acordo com as visões funcionalistas, essa separação transpor-se-ia para os planos político e técnico, de forma que as funções governamentais deveriam ser decompostas em elementos mais simples e instrumentalizadas de modo a permitir a cooperação internacional, a qual teria, por consequência, conotação eminentemente técnica.

Ernest Haas reelaborou essas mesmas premissas de forma a conferir maior importância ao sentido político de cooperação. Para ele, a busca da integração resultaria da ação de elites no âmbito governamental e no privado, estando pautada por uma visão pragmática de expectativas de ganho indutor de novas formas de ação política. Conforme visto acima, Haas define a integração como o processo no qual os atores políticos são persuadidos a transferir lealdade a um novo centro de poder. A lealdade resultaria da satisfação com o atendimento, pelas agências governamentais, de expectativas e demandas de um conjunto diversificado de atores sociais.

A transferência de lealdade seria feita para organizações internacionais ou instituições supranacionais que atendessem às mesmas demandas e expectativas de forma eficiente. Essa transferência, segundo a ótica funcionalista, dar-se-ia de forma gradual, à medida que a coordenação e a cooperação em uma área específica se estendessem a outros setores, caracterizando o efeito *spill over*, ou seja, o transbordamento da cooperação de um setor a outro, conceito fundamental na concepção funcionalista. Essa lógica expansionista dos setores de integração, para Haas, não se restringiria às áreas econômicas ou técnicas, mas deveria conduzir também à integração no campo político.

2-5 . A EVOLUÇÃO DO NEOFUNCIONALISMO A PARTIR DOS ANOS 70

Inicialmente, a evolução teórica sobre integração, na fase compreendida entre

os anos 50 e o início dos anos 70, denotou preocupação com a forma, o escopo e a dinâmica do regionalismo econômico. Apesar dos avanços alcançados até então, importantes dificuldades quanto à elaboração teórica permaneciam: as teorias revelavam muitas imprecisões e ambigüidades com relação ao próprio conceito de integração; inexistia consenso sobre indicadores a serem considerados; e eram poucas as explicações e proposições sobre a influência do ambiente internacional sobre os processos de integração regional.

A preocupação em compreender e valorizar forças e processos, sobretudo econômicos, que operam internacionalmente perante a dinâmica das relações interestatais, marcou o início de uma nova fase ¹³ na construção teórica sobre integração internacional.

O interesse dos estudiosos passou a recair menos nos processos formais para centrar-se no fenômeno da interdependência no sistema internacional e em suas implicações políticas, quer do ponto de vista das relações entre os Estados e das estruturas de poder, até então estudadas sob a ótica realista, quer da conformação de um sistema marcado, entre outros aspectos, pela crescente influência dos fatores e agentes econômicos e pela emergência de uma pluralidade de atores não estatais competindo com os Estados, em diferentes níveis, pela lealdade dos indivíduos.

Com base nessa realidade, construiu-se uma perspectiva sistêmica que permitiria situar os sistemas regionais no âmbito de um macrossistema internacional, considerando a pluralidade de agentes e temas em cada nível. A integração deveria, segundo esse novo prisma, ser compreendida a partir de perspectivas da economia política internacional que permitissem superar as limitações do realismo, sem, contudo, desvinculá-la da política internacional, e que, ao mesmo tempo, considerassem a crescente influência do liberalismo no comportamento dos atores no campo econômico.

¹³ Visão da abordagem neo-funcionalista apresentada por Vaz, Alcides em *Cooperação, Integração e Processo Negociador*, 2002, p. 32-36.

Em sua obra, Alcides Vaz assim descreve esta nova concepção:

“Diluiu-se, pois, a noção de integração internacional relacionada à cooperação conducente à construção de arranjos supranacionais e que refletia a visão eurocêntrica presente nas formulações funcionalistas em uma primeira fase. Em seu lugar, emergiram concepções que procuravam retratar e explicar novas formas de cooperação internacional, não necessariamente formais, protagonizadas pelos Estados e, em distintos graus, coadjuvadas por variados atores não-estatais cuja ascensão no cenário internacional era percebida como importante transformação estrutural.” (Alcides Vaz, 2002, p.33).

Despontavam então, como objeto de reflexão, os problemas relacionados à articulação de interesses dos Estados, à provisão de bens internacionais – benefícios que os Estados podem assegurar aos seus cidadãos apenas por meio da interação com outros Estados – e aos dilemas da ação coletiva e ao papel das organizações internacionais.

Novas formulações teóricas procuraram retratar algumas modalidades novas de cooperação internacional, destacando-se o paradigma da interdependência complexa e as teorias de regimes internacionais. O paradigma da interdependência complexa ¹⁴ foi desenvolvido por Robert Keohane e Joseph Nye Jr. em meados dos anos 70 e procura retratar uma forma de interação interestatal amparada em três premissas básicas:

- a existência de canais interestatais, transgovernamentais e transnacionais conectando as sociedades;
- a multiplicidade de temas na agenda internacional sem um claro ordenamento hierárquico;
- o não emprego da força militar entre as partes em situação ou temas que conformem uma relação de interdependência complexa.

De acordo com essa ótica, os objetivos dos Estados variam segundo o tema ou

¹⁴ Descrito por Carlos Pons, em Claves del Siglo XXI, 2000, p.88-91.

área de interesse, o que causa a eles maiores dificuldades na alocação dos recursos e no emprego dos instrumentos de poder, os quais podem incluir a manipulação de interdependência, as próprias organizações internacionais e os atores transnacionais.

Nessa mesma perspectiva, considera-se que as organizações internacionais desempenham importante papel na determinação da agenda e atuam na formação de coalizões, constituindo arenas políticas para a atuação de Estados mais fracos, o que pode levar ao enfraquecimento da hierarquia de poder no sistema internacional. Ainda em conformidade com esse paradigma, a diversidade de temas e de interesses que marca a interação entre os Estados, e destes com os demais atores, acarreta uma condição em que a cooperação se faz necessária e será empreendida segundo os recursos e instrumentos adequados a cada área. Gera-se, assim, uma forma de interdependência política, porém, não equivalente à integração política, como preconizada pelos funcionalistas dos anos 50 e 70.

Regimes internacionais são o conjunto de normas, princípios e regras comuns que orientam o comportamento dos Estados numa determinada área em que os mesmos procuram estabelecer cooperação em bases recíprocas. Os regimes podem ser formais, quando instituídos sob a forma de acordos, tratados ou organizações internacionais, ou informais, quando a cooperação prescinde de um arcabouço institucional, ainda que amparada em alguns instrumentos jurídicos, como é o caso do regime de não proliferação nuclear consubstanciado no Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP).

Ao ser conduzida sob a forma de regime, a cooperação internacional é normalmente voltada para o atendimento à demanda que exige algum grau de coordenação e em torno da qual registra-se convergência ou mesmo grande compatibilidade de interesse entre os Estados. Reflete, ao mesmo tempo, a disposição destes de tomarem decisões conjuntamente e estabelece uma forma de organização cooperativa que supõe aquiescência e acatamento a fim de produzir ou

evitar resultados em uma área temática. Esta visão é assim destacada por Alcides Vaz :

“...a exemplo das concepções funcionalistas das décadas anteriores, a cooperação internacional estaria estruturada em áreas específicas e suporia uma condição em que os Estados optam por não exercer, em plena extensão, a prerrogativa de decidir e agir por si mesmo e por seus próprios meios em temas de interesse e alcance coletivo. No entanto, diferentemente daquelas concepções, a cooperação não engendrará necessariamente integração política, transferência de lealdades e de prerrogativas ou a construção de arranjos supranacionais.” (Alcides Vaz, 2002, p. 35).

Não se deve daí concluir que a integração política seja difícil de ser realizada em um marco de crescente interdependência e que, do ponto de vista teórico, os modelos que retratam e explicam a interdependência não comportem as formas de integração política concebidas nas formulações teóricas anteriores. De fato, se considerada a realidade dos anos 70 à primeira metade da década de 1980 do ponto de vista da dinâmica dos processos formais de integração e de construção de arranjos supranacionais, as perspectivas da integração internacional foram certamente exíguas. Com exceção da União Européia (EU) que persegue a integração pela via da supranacionalidade, a realidade dos anos 90 corrobora a reorientação das visões funcionalistas no sentido de conceber a integração sob arranjos intergovernamentais e com diferentes graus de institucionalização, e não apenas segundo formas supranacionais.

2-6 . A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL A PARTIR DOS ANOS 90

As teorias de integração viriam a receber novas contribuições no início dos anos 90, que procuraram romper com a dicotomia entre fatores internos e externos que se configurou nos períodos anteriores.

O neofuncionalismo deu ênfase ao desenvolvimento de formas de cooperação entre setores específicos, tomando como ponto de partida o interesse dos atores

como fator determinante do seu comportamento no plano externo, seguindo a lógica de que, à medida que os atores compartilhem percepções, interesses e necessidades, variadas formas de cooperação e articulação ocorreriam entre eles. Desse modo, a cooperação entre os Estados seria o produto de um processo de negociação no qual entram em consideração os objetivos perseguidos (e que são variáveis segundo cada área), os elementos que definem o poder de cada parte na negociação e a forma como as decisões são tomadas.

As formulações teóricas sobre cooperação e integração internacional passaram, assim, a ocupar-se de novas questões: a definição dos objetivos e dos interesses dos Estados em uma dada área de cooperação, a formulação das estratégias e a condução do processo de negociação entre eles, e a tomada de decisões. A convergência entre as teorias de processo decisório e as teorias de negociação internacional para explicar o surgimento e a dinâmica das formas de cooperação internacional, como os regimes, abriu novos caminhos para a elaboração teórica sobre integração internacional e para a superação da dicotomia interno-externo na explicação da dinâmica da cooperação e da negociação internacional.

Trata-se, portanto, de considerar não apenas a crescente diversidade de atores e de interesses presentes na cena internacional e que, conseqüentemente, orientam processos de negociação em tal âmbito, mas também os fatores, tanto de ordem interna quanto externa, que atuam na redefinição dos interesses e no próprio comportamento dos Estados diante das possibilidades de cooperação internacional, o que corresponde à tendência que, contemporaneamente, marca as teorias de cooperação em sua confluência com aquelas voltadas para a negociação e a integração.

2-7 . A INFLUÊNCIA DA MUDANÇA DE CENÁRIOS NAS FORMAS DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

A prevalência dos fatores econômico-comerciais sobre os político-estratégicos, característica que parece marcar o mundo pós-guerra fria, incitou toda uma

mudança na filosofia mais geral que leva os países a cooperarem conjuntamente no campo do conhecimento. A atitude “simpática” e de “assistência ao desenvolvimento” que vingou nos anos de confrontação bipolar compreendeu ações conjuntas na ciência e na técnica que se produziram ao longo do eixo “centro-periferia”. O primeiro pólo desse binômio fornecia à periferia aspectos apenas particulares ou “parciais” de determinado conhecimento ou técnica, bem como projetava o modelo “ideológico” de acordo com o qual se processaria a cooperação. Tal “oferta” visava a concertação mais ampla que culminaria com recompensas pontuais pela filiação dos atores coadjuvantes à matriz ideológica.

Com o êxito desse modelo de cooperação se buscava, igualmente, “seduzir” o ator periférico ainda não “convertido” para a adesão ao que se poderia chamar de “bloco ideológico”. Ao segundo pólo caberia a “aceitação” de modalidades de cooperação que, no mais das vezes, não contemplariam qualquer transferência de tecnologia que suscitasse, a partir das atividades de cooperação, uma capacidade “multiplicadora” e “concorrencial” nos países periféricos.¹⁵

Conseqüentemente, se no cenário “Estado-dominado” da guerra fria a cooperação visava ao objetivo político de reprodução, na periferia, do modelo ideológico de que deriva uma “clientela” político-econômica; no cenário “mercado-dominado” dos anos 90 a cooperação se tornou mais complexa, e estende-se por meio de modalidades que:

- privilegiam aspectos de parceria, co-financiamento, inovação e “pré-competitividade”;
- permitem a transmissão de conhecimento realizada com motivações que fundem objetivos políticos e econômicos, e
- realçam a importância da formação de recursos humanos de alto nível, no contexto maior da consolidação de um novo fator de produção a que o chavão internacional vem chamando “human capital”.

¹⁵ Troyjo, em *Tecnologia & Diplomacia: Desafios da cooperação internacional*, 2003, p. 91.

Pode-se constatar outra mudança de postura na condução dos problemas de segurança internacional, onde se verificou nos últimos anos, particularmente após o período da Guerra Fria, uma intensificação do emprego de tropas de paz, patrocinadas pela ONU, com a finalidade de cooperar com a paz e a normalidade institucional, mediante comum acordo entre forças antagônicas de países em conflito.

Em resumo, as características marcantes da cooperação internacional, nos dois cenários apresentados, podem ser assim descritas ¹⁶ :

Guerra Fria	Pós-Guerra Fria
Prevalência de intercâmbio sobre cooperação	Prevalência de “cooperação” sobre intercâmbio
Prevalência de Estado sobre sociedade civil	Prevalência da sociedade civil sobre o Estado
Prevalência de “ação” sobre “cooperação”	Convivência entre “ação” e “cooperação”
Atividades “politicamente-orientadas”	Atividades “economicamente-orientadas”
“Orientação” ideológica	“Desorientação” ideológica
Objetivo é a aliança geopolítica	Objetivo é a conquista de mercados

¹⁶ Tabela confeccionada pelo autor desta monografia, baseada no texto de Troyjo, em Tecnologia & Diplomacia: Desafios da cooperação internacional, 2003, p. 96-97.

CAPÍTULO 3

A PARTICIPAÇÃO DO BRASIL EM ANGOLA

3-1 . RAÍZES COMUNS, COLONIZAÇÃO E INDEPENDÊNCIA DIFERENTES

Na busca de um caminho alternativo para as Índias, o português DIOGO CÃO, em 1482, aporta na baía de LUANDA, iniciando a colonização lusa na África Austral. Angola e Brasil apresentam muitas afinidades em razão das suas raízes históricas, da colonização portuguesa, das semelhanças fisiográficas, da língua que lhes é comum, da composição étnica de suas populações e do Oceano Atlântico, que os uniu politicamente no período colonial brasileiro e que, se os separa em termos territoriais, os aproximará na busca da concretização de seus objetivos políticos, econômicos e sociais.

Entretanto, o contexto político e socioeconômico vivido por esses países é diferente.

O Brasil é um país pacífico. A sua formação política foi consolidada ao longo de quatro séculos. Nesse período, os Tupis, os Guaranis, os Tapuias e os Aruaques, entre outros, miscigenaram-se com os escravos de além-mar, e o português, com ambos. Os indígenas e os africanos assimilaram a cultura, a língua e a religião do colonizador. A colonização lusa impôs uma nova civilização na terra do pau - brasil, contribuindo para o ocaso das diferenças étnicas e para a homogeneidade do povo brasileiro. Assim sendo, nos primórdios do século XIX, a formação da nacionalidade brasileira estava em franco processo de consolidação.

Nesse quadro, a sede do Estado português foi transferida para o Brasil, iniciando o processo histórico que permitiu o amadurecimento das elites locais e a criação da estrutura necessária à vida autônoma da colônia que caminhava apressadamente para a sua independência política.

O fato de um herdeiro da coroa portuguesa proclamar a Independência do Brasil propiciou uma transição pacífica para a vida independente e a formação de uma mentalidade ordeira e conservadora nas elites locais.

Em Angola, a falta inicial de atrativos minerais, as dificuldades de navegação junto a costa e a dificuldade de acesso ao interior do continente postergaram o início da exploração da colônia. Até meados do século XIX, ela restringiu-se ao mercado de escravos, que fomentou as guerras entre as diversas tribos angolanas, na medida em que os conflitos eram motivados para a captura de prisioneiros para serem vendidos como escravos ao colonizador branco.

Esse retardo no começo da exploração econômica dificultou a plena imposição da cultura lusa que, dessa forma, não atingiu a zona rural no interior do território. Assim, as diferentes tribos mantiveram as suas culturas, os seus dialetos e os seus antagonismos recíprocos até os dias atuais, inviabilizando a miscigenação e a homogeneização do povo angolano.

Existe uma grande diversidade tribal, lingüística e cultural no seio dessa população . A sua composição é constituída, principalmente, pelos ovimbundos (38%), pelos mbundos (23%) e pelos bacongos (14%).¹⁷

Os Portugueses não conduziram e não prepararam a colônia e as suas elites para a vida em liberdade. Essa falta de perspectiva deu início à guerra pela independência.

Conforme descrito no Capítulo 1 desta monografia, uma acirrada disputa interna pelo poder ocorreu ainda no período que antecedeu a independência. As desconfianças mútuas inviabilizavam o entendimento entre as partes. Assim foi feita a proclamação da independência de Angola, ao final de 1975.

O despertar da nação angolana foi caótico. O vácuo político existente permitiu, ao MPLA, declarar a independência de Angola em Luanda. Paralelamente, A UNITA declarou a independência do país em Huambo e a FNLA o fez em Ambris (Província do Bengo). A guerra civil prosseguiu até 2002, quando se criou a expectativa de um período de paz com maior consistência.

Nesse ambiente de caos e de balbúrdia, o êxodo português foi da ordem de

¹⁷ Dados citados por Carneiro, Flávio, em *O Brasil e as Operações de Paz em Angola*, 1996.

300.000 pessoas, que compunham a parte mais qualificada da força de trabalho de Angola, gerando a desestruturação do sistema produtivo da antiga colônia.

Verifica-se que, mesmo antes da independência da colônia, houve a dissolução do governo de transição entre o elemento colonizador e os patrícios, a abrupta retirada da autoridade colonial portuguesa, o início da guerra civil e a internacionalização do conflito.

Atualmente, o Brasil, apesar dos seus graves problemas sociais e econômicos, constitui uma das maiores economias do planeta. Angola está devastada por mais de duas décadas de guerras ininterruptas. Enquanto a ex-colônia portuguesa da América apresenta um nível de desenvolvimento bastante superior à sua congênera da África, que tenta sobreviver à pobreza e à fome generalizadas.

3-2 . INFLUÊNCIA FISIAGRÁFICA NOS INTERESSES COMUNS

A despeito das diferenças entre o tamanho das suas bases físicas e das suas populações, Angola e Brasil apresentam uma grande identidade fisiográfica.

Os dois países estão situados no Hemisfério Sul e são banhados pelo mesmo oceano, o que lhes confere a situação de partícipes do condomínio do Atlântico Sul. As duas nações apresentam diversos interesses comuns relacionados à exploração econômica dos recursos marítimos, à segurança regional do Atlântico Sul, ao controle das rotas marítimas da região, aos interesses inerentes ao continente Antártico e aos controles ambiental e climatológico da região.

As latitudes extremas ao norte e ao sul de Angola estão contidas entre as suas correspondentes brasileiras, conferindo-lhes uma grande semelhança nos fatores fisiográficos do clima e da vegetação.

Como não poderia deixar de ser, também existem sensíveis diferenças fisiográficas. Os dois países diferem quanto à forma de seus territórios, uma vez que o enclave de Cabinda confere uma fragmentação ao mapa físico de Angola.

Em relação aos grandes mercados internacionais, as duas posições podem ser consideradas excêntricas, o que lhes encarece os fretes de seus produtos. Porém, os seus posicionamentos geográficos lhes permitem exercer uma forte influência sobre as rotas marítimas do Atlântico Sul.

Os angolanos constituem o terceiro estado em potencial da África Negra,

apresentando excelentes reservas de petróleo, diamantes, minério de ferro de primeira qualidade, cobre, manganês, fosfato, sal, e urânio.

O território de Angola é composto, em sua quase totalidade, por solos do tipo lateríticos, tal qual acontece no Brasil. Esta semelhança também ocorre em termos dos recursos minerais.

Entretanto, a guerra civil desestruturou a economia de Angola. Pode-se verificar atualmente a dificuldade desse país em disputar o mercado agropecuário internacional. O Brasil poderá exportar alimentos e produtos industrializados em troca do petróleo angolano.

A infra-estrutura angolana esteve comprometida. As rodovias foram interditadas pelas minas e pelas destruições; as ferrovias, inoperantes; e o transporte aéreo ficou reduzido às poucas pistas de pouso que não foram destruídas.

3.3. O RELACIONAMENTO ENTRE A ANGOLA E O BRASIL

O Brasil ainda não completara meio século de ocupação portuguesa e o tráfico de escravos já se institucionalizara, proporcionando bons lucros à Coroa Portuguesa. Provavelmente, este fato constituiu-se na principal causa da substituição do elemento indígena pelo africano na composição da mão-de-obra colonial do Brasil.

Na administração ultramarina portuguesa, a costa atlântica da África estava vinculada ao Estado do Brasil. Esta região esteve mais ligada ao Brasil do que o Estado do Grão-Pará e do Maranhão, que se subordinava diretamente a Lisboa. Isso se explica pela adversidade das correntes marítimas existentes no litoral leste-oeste do Brasil, que sobrepujava a contigüidade territorial dos dois estados lusos na América.

Posteriormente, já no século XX, os compromissos do Brasil com Portugal dificultaram o apoio brasileiro à causa nativista angolana. Enquanto na XV Assembléia da ONU, em abril de 1961, o Brasil abstinha-se de votar a favor dessa causa, o Embaixador Afonso Arinos de Melo Franco, na mesma organização, aconselhava:

“ seria fundamental que o governo de Portugal tomasse a iniciativa no movimento de dar liberdade a Angola, para transformá-la num país independente tão amigo de Portugal como o é o Brasil ”. (Afonso Arinos, 1961)

Com a extinção do império ultramarino português, o Brasil, tornou-se o primeiro país a reconhecer o governo marxista de Agostinho Neto (MPLA), antes mesmo da Ex -URSS.

Atualmente, os angolanos acenam com incentivos fiscais e atrativos especiais para os investidores internacionais.

A recuperação da infra-estrutura angolana apresenta oportunidades para o comércio internacional do Brasil nas áreas do ensino, dos transportes rodoviário e ferroviário, da mineração, da construção civil, da geração de energia, da agropecuária e da saúde.

Em verdade, o Brasil é uma nação de vastos horizontes. O Atlântico Sul o conduz à África e, particularmente, a Angola, a que tudo o liga, desde as similitudes geográficas, até as forças étnicas, as raízes históricas e os interesses econômicos. Esse oceano sugere ao Brasil uma política que melhore as suas condições de segurança, de proteção e as suas alianças econômicas e de amizade. Assim, o Brasil, pela sua extensão e posição no Atlântico Sul, aparece como um protagonista privilegiado nas relações internacionais com a nação angolana.

3.4. PRESENÇA INSTITUCIONAL DO BRASIL EM ANGOLA

O Brasil teve uma aproximação oficial mais intensa, após a independência de Angola, fato este bem caracterizado pela iniciativa ao ser o primeiro país a reconhecer o novo governo instituído.

Uma série de acordos e protocolos foram firmados entre os governos dos dois países desde então, destacando-se os seguintes ¹⁸:

- Acordo de Cooperação Cultural e Científica (1980);
- Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica (1982);

¹⁸ Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Disponível em <http://www.mre.gov.br/>. Acesso em 25/04/2004.

- Protocolo de Intenções na Área de Desenvolvimento Educacional (1991);
- Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica no Domínio de Energia Elétrica e Águas (1992);
- Acordo sobre a Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos e de Serviços (1999);
- Protocolo de Intenções para Cooperação Técnica no Domínio da Segurança e da Ordem Pública (2000);
- Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica para Apoiar o Desenvolvimento do Programa Nacional "Escola para Todos", em sua fase Emergencial (2002-2015), (2002);
- Protocolo de Cooperação Técnica na Área do Meio Ambiente (2003);
- Protocolo de Cooperação sobre Cooperação Técnica na Área de Agricultura e Pecuária (2003);
- Protocolo de Cooperação Técnica para apoio ao Instituto de Formação da Administração Local (IFAL) (2003);
- Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica para a Implementação do Projeto "Fortalecimento Institucional dos Institutos de Investigação Agronômica e Veterinária de Angola" (2003);
- Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica para as Áreas do Trabalho, Emprego e Formação Profissional (2003);
- Programa de Cooperação Cultural para 2004 a 2006 (2003).

A importância que o Brasil empreende nesta aproximação está bem caracterizada pelas recentes visitas oficiais à Angola, realizadas pelos dois últimos presidentes.

Durante a visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso a Luanda, em novembro de 1996, foi firmado o Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Econômica, Científica e Técnica na Área de Formação Profissional, com vistas a dar início à implementação do projeto. O projeto está sendo executado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), envolvendo recursos da

ordem de US\$ 1,845,000.00. A estimativa da participação brasileira, com custos compartilhados da Agência Brasileira de Cooperação e do SENAI, foi de US\$ 1,330,000.00. A contrapartida angolana, pelo Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social (MAPESS), foi de US\$ 514,280.00.¹⁹

Em novembro de 2003, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva realizou sua primeira visita ao continente africano, com destaque para suas atividades em Angola. Naquela oportunidade, afirmou, na abertura de reunião entre presidentes e ministros de Angola e Brasil, em Luanda, que irá realizar políticas afirmativas concretas. O encontro marcou o início oficial da visita de Estado da comitiva comandada por Lula àquele que é historicamente um dos mais importantes parceiros do Brasil no continente africano.

Entre as principais ações estão os acordos de cooperação bilateral. O intuito é auxiliar a reconstrução nacional do país que encerrou uma seqüência de conflitos que durava 41 anos.

A educação foi o mote principal dos acordos diplomáticos. Inclui a reconfiguração do sistema escolar do país, arrasado pelos conflitos, bem como a qualificação de professores, por meio do aprofundamento do apoio ao projeto angolano "Escola para Todos", que o Brasil auxilia desde 2002.²⁰

Também haverá ampliação da colaboração no campo da formação profissional, com participação de entidades como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), que atua em projetos em Angola.

A administração pública é outra área a ser beneficiada. O objetivo é formar quadros para o Estado angolano, que, após a consolidação do regime democrático no País (até hoje só houve eleições multipartidárias em 1992), tem carência de profissionais especializados.

Os novos acertos alcançam ainda a agricultura e a pecuária, por meio da

¹⁹ Disponível em http://www.abc.mre.gov.br/cooptec/ctpd_cf_ba.htm. Acesso em 14/04/2004.

²⁰ *Pravda Online*, disponível em <http://64.233.167.104/search?q=cache:2QPRyY0c5NcJ:port.pravda.ru/angola/2003>. Acesso em 15/04/2004.

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e de programas de apoio à extensão rural e desenvolvimento sustentável. Esportes, cultura, meio ambiente e pesquisa em ciência e tecnologia estão no rol dos setores a receberem colaboração brasileira – esta última, com a previsão de participação da Petrobrás e da Agência Nacional do Petróleo.

Na área de saúde, o governo brasileiro anunciou a intenção de novos acordos no campo da imunização, combate à malária e à Aids – principais flagelos que assolam o país – embora esses temas não constem, ainda, da lista final de acordos assinados.

3-5. PARTICIPAÇÃO NA ÁREA ECONÔMICA

Os interesses econômicos brasileiros em Angola tiveram significativo aumento de sua expressão, após a Independência em 1975 e, particularmente, após o recente término da guerra civil, com a conseqüente retomada da normalidade política.

Na Assembléia Nacional e no encerramento das atividades da Missão Empresarial em Angola, durante a visita presidencial de 2003, o Presidente do Brasil anunciou as medidas mais esperadas pelos cerca de cem empresários brasileiros em sua companhia no périplo por cinco países africanos. A mais importante delas é o apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ao estabelecimento de empresas brasileiras em Angola. Segundo informações do banco, a linha não tem limite definido ainda e vai depender da demanda dos projetos.

Em seu discurso, o presidente brasileiro mencionou especificamente a importância das obras de infra-estrutura nesse âmbito e recordou que nos tempos coloniais o fluxo de embarcações entre Brasil e África era intenso:

"O Atlântico nos une. Durante três séculos, houve mais naus viajando de Luanda ou Bengala ao Rio de Janeiro, Salvador ou Recife do que em qualquer outra rota", ressaltando de que "essas naus, no entanto, carregavam tristeza,

violência e medo", em referência ao comércio de escravos.(Silva, Luis Inácio, Pravda OnLine, 2003).

A reivindicação dos empresários brasileiros em Angola da implantação de agências de bancos públicos como a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil recebeu sinalização do presidente. Ele reconheceu a carência: "têm razão os que reclamam da inexistência de canais bancários diretos, que facilitem as transferências financeiras entre nossos países".

No âmbito do comércio, o Presidente Lula comprometeu-se:

"Estamos também dispostos a ampliar o acesso dos países africanos a nosso mercado. Vamos estudar fórmulas compatíveis com as regras da OMC, que permitam aos produtos dos países mais pobres a entrada desimpedida no mercado brasileiro". (Silva, Luis Inácio, Pravda OnLine, 2003).

Foi divulgado ainda que o governo já estuda a medida no nível legal e que já existe um arcabouço jurídico para tanto, no Sistema Geral de Preferências entre Países em Desenvolvimento.

Várias empresas brasileiras, estatais e privadas, participaram nestes últimos anos de atividades econômicas e comerciais. Serão comentadas nos próximos itens desta monografia, alguns aspectos da participação de três importantes e potentes empresas brasileiras em Angola: a Petrobrás, a Odebrecht e Furnas Centrais Elétricas.

3-6. A PETROBRÁS EM ANGOLA

A Petrobrás pretende investir bilhões de dólares em Angola nos próximos quatro anos se forem encontradas oportunidades mais lucrativas.

"Esperamos investir bilhões de dólares em Angola se tivermos sorte de encontrar o ativo certo e as descobertas começarem a aparecer", declarou o diretor das operações angolanas da Petrobrás, Renato de Azevedo, em janeiro de 2004.

A empresa está procurando diferentes oportunidades além dos atuais blocos de exploração onde atua, como o bloco 2, onde a produção está caindo, e no bloco 34, onde os parceiros da empresa estão pouco otimistas em relação às reservas.

No primeiro bloco, onde opera em parceria com a ChevronTexaco, a Petrobrás possui 27,5 % dos 43 mil barris produzidos diariamente. No Bloco 34, administrado pela estatal Sonangol, a companhia brasileira tem participação de 15 %. ²¹

Ativa em Angola desde 1979, a Petrobrás está interessada na parte sul do país, próximo ao Kwanza-Sul e Benguela, onde a maioria dos blocos de exploração continuam abertos.

Embora as condições geológicas sejam difíceis nestas regiões, a reconhecida habilidade da Petrobrás em análise sísmica pode trazer novas descobertas.

A Petrobrás, localizada entre as 15 maiores petrolíferas do mundo, também espera conseguir os blocos de outras petrolíferas, que perderam o direito de explorar petróleo depois de suas licenças terem expirado e espera ser operadora de uma terceira parceria e está negociando com a Sonangol.

Apesar da grande concorrência com as quatro gigantes petrolíferas que dominam Angola - ChevronTexaco, Total, ExxonMobil e BP – a Petrobrás acredita nestas novas oportunidades e poderá deslocar os investimentos de 2,4 bilhões de dólares que havia destinado à sua unidade na Nigéria.

3-7. ODEBRECHT E O GIGANTESCO PROJETO CAPANDA

A Empresa Odebrecht está há duas décadas em Angola, participando de seu desenvolvimento econômico, social e cultural. Através da Tecnologia Empresarial Odebrecht (TEO), procura, ao longo destes anos, incrementar a sua política de parceria com o Governo, em programas voltados ao desenvolvimento sustentado e à geração de riquezas para o país.

Ao iniciar a construção da Hidroelétrica de Capanda, em 1984, fruto de acordo

²¹ Dados obtidos da Visão News, disponível em http://64.233.167.104/search?q=cache:j15kzJ42a_gJ:www.visaonews.com. Acesso em 10/04/2004.

entre os governos angolano, russo e brasileiro, criou-se a oportunidade para o estreitamento das relações política, econômica, social e cultural entre esses países.

Brasil e Angola mantêm um Memorando de Entendimento que suporta os financiamentos de bens e serviços brasileiros para a realização de projetos em Angola.

Atualmente, existem em andamento projetos de grande importância econômico-social para Angola, financiados pelo Governo Brasileiro: Projeto Capanda, Águas de Luanda, Saneamento de Luanda e Canal de Matala. Participa também em conjunto com outras empresas com atuação na mineração de diamantes.

No setor de óleo e gás, participa da concessão do Bloco 16, em associação com a Sonangol e CNR-Canadian Natural Resources.

Dos projetos mencionados, merece destaque uma descrição mais detalhada de Capanda. Para deflagrar o maior projeto de engenharia já empreendido no país - o aproveitamento Hidroelétrico de Capanda – o governo de Angola estabeleceu com a Odebrecht uma parceria que teve reflexos em diversas fases da obra. Além de apoiar o cliente na obtenção de financiamento e acordos comerciais para tornar viável o projeto, a Odebrecht desenvolveu pesquisas tecnológicas que reverteram em ganhos de produtividade e economia na sua construção.

Outro resultado foi o processo de integração pelo qual o consórcio formado pela Odebrecht e pela empresa russa Tecnopromoexport promoveu a transferência de tecnologia para o país, com o treinamento de mais de 6 mil angolanos para a realização dos trabalhos especializados. O início da construção da Hidroelétrica de Capanda foi o marco do processo de industrialização do país.

O aproveitamento Hidroelétrico de Capanda, localizado no Rio Kwanza, na Província de Malange, produzirá em sua primeira etapa, 260 MW, energia necessária para a retomada do processo de desenvolvimento social e econômico de Angola. Quando estiver totalmente pronta, sua capacidade subirá para 520 MW. A barragem tem 130m de altura e 1.470m de comprimento, formando um lago de 170

quilômetros.²²

3-8. A PARTICIPAÇÃO DE FURNAS

Em 1984, a Technopromexport (TPE) comunicou às autoridades angolanas que não estava preparada para assumir o gerenciamento comercial da execução das obras civis de Capanda, conforme havia se comprometido no “Contrato Matriz”.

Diante desse fato, o Ministério de Energia de Angola consultou formalmente, a ELETROBRÁS sobre a possibilidade de substituir a TPE na execução da tarefa de Gerenciamento Comercial das Obras Civis. A ELETROBRÁS respondeu favoravelmente à pretensão angolana e indicou FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS²³ S.A. para desempenhar as funções de gerenciamento.

Por ocasião do primeiro contato feito por ELETROBRÁS E FURNAS com as autoridades angolanas, ficou acordado que FURNAS enviaria, inicialmente, uma equipe técnica para analisar e negociar as condições do contrato a ser firmado, bem como assessorar na estruturação do órgão responsável pela administração do empreendimento, o GAMEK – Gabinete de Aproveitamento do Médio Kwanza. A partir de então, foram assinados vários contratos entre FURNAS e GAMEK, destacando-se o Contrato de Consultoria e Assessoria Técnica e o Contrato de Cedência de Pessoal. O primeiro abrange as seguintes principais atividades:

- análise, recomendação ou aprovação de documentos técnicos;
- avaliação e verificação da alocação de recursos para a construção;
- coordenação e controle de qualidade das obras de infra-estrutura;
- análise e controle de estoques;
- inspeção da qualidade de materiais e equipamentos;
- assessoria nas áreas jurídicas, de seguros, de segurança e higiene de trabalho, de política habitacional, de política de saúde e de conservação do meio ambiente;

²² Dados obtidos da *REVISTA DA ODEBRECHT – Odebrecht em Angola* - Edição Especial, 2003.

²³ *REVISTA DE FURNAS – Projeto Capanda / Angola* - Edição Especial, 2003.

- treinamento de pessoal.

O Contrato de Cedência de Pessoal abrange as atividades referentes ao gerenciamento do Empreendimento, de responsabilidade do GAMEK, a serem executadas por pessoal de FURNAS cedido ao GAMEK e sob sua responsabilidade.

Os trabalhos relacionados à construção da Usina iniciaram-se, em Luanda, em 1985, com obras de infra-estrutura, dos almoxarifados, dos galpões de equipamentos, da vila residencial e da clínica médica.

Em 1991, FURNAS firmou um contrato específico com a GAMEK para o gerenciamento dos serviços de engenharia de projeto, construção e comissionamento da Linha de Transmissão Capanda-Cambambe.

A partir de 1992, com o reinício dos conflitos militares em Angola, as atividades de construção da Usina e da Linha de Transmissão Capanda-Cambambe foram interrompidas, sendo reiniciadas recentemente.

As atividades de cooperação internacional de Furnas não se limitaram ao nível contratual. A facilidade de relacionamento entre os dois povos permitiu outras ações, como destaca Jorge Luis da Silva ²⁴, Engenheiro de Furnas que trabalhou em Angola nos anos 1991/92:

“Houve um período, durante a construção da hidroelétrica, em que cerca de 5.000 angolanos e suas respectivas famílias receberam apoio em assistência social, médica e odontológica. A população local nos tratava com muito respeito e camaradagem. Um fator que facilitou enormemente esta integração foi a linguagem comum e a identidade de alguns costumes. (...) foi uma experiência extremamente gratificante, não só do ponto de vista profissional como também pessoal, ao termos a convicção de que colaboramos para o desenvolvimento de nossos irmãos angolanos.” (Jorge Luis da Silva, *Entrevista cedida a Joaquim Vitor Rocha Alves*, em 12 de maio de 2004).

3-9. A ZONA DE PAZ E DE COOPERAÇÃO DO ATLÂNTICO SUL (ZPCAS) E A COMUNIDADE DOS PAÍSES DA LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP)

²⁴ Ver *Entrevista de Da Silva, Jorge*, 2004, no Anexo II desta monografia.

Na expressão política do seu poder nacional, o Brasil trabalha para implementar a formação de blocos regionais de cooperação com as nações amigas. Em relação à África, interessa ao País a consolidação da Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul (ZPCAS) e da Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa (CPLP).

A primeira destina-se a criar uma área de segurança no Atlântico Sul, a fim de garantir as melhores condições de paz e de prosperidade às nações atlânticas situadas ao sul do paralelo do Equador.

A CPLP integra um bloco de cooperação econômica integrando as nações de língua portuguesa: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e S. Tomé-Príncipe. Portugal proporcionará ao Brasil uma porta de entrada no Mercado Comum Europeu; enquanto os mercados das porções atlântica e austral do continente negro ser-lhe-ão abertos por Angola.

A criação da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa (CPLP) foi mais um importante passo no sentido de criar oportunidades que facilitem uma maior aproximação do Brasil com Angola.

3-10. TROPAS BRASILEIRAS EM MISSÃO DE PAZ NA ANGOLA

3-10.1. HISTÓRICO DAS FORÇAS DE PAZ DO BRASIL

Baseada nos preceitos do artigo 4º da Constituição Federal, a participação brasileira em missões de paz só ocorre após o atendimento de algumas imposições, cuja principal é a aceitação, por parte dos países ou das facções envolvidas no conflito, da presença de observadores ou tropas estrangeiras em seu território.

Essa conduta da política externa brasileira vem sendo adotada há longo tempo. Assim, a primeira participação do Exército Brasileiro ocorreu em 1947, quando observadores militares foram enviados para os Bálcãs. Durante as décadas de 50 e 60, viria a participar com efetivos maiores, integrando forças internacionais de paz, sob a égide da ONU no Oriente Médio e da OEA no Caribe. A mais longa missão foi no Oriente Médio e durou de 1957 a 1967, com a participação de 600 homens, em média, que se revezaram em 20 contingentes.

Nas décadas seguintes, foram bastante reduzidas as missões, até reiniciarem em 1989, quando inúmeras foram abertas. Em 1994, foram enviadas tropas (uma companhia) para auxiliar a manutenção da paz em Moçambique. Em setembro de 1995, o Exército enviou para Angola um contingente composto por mais de mil homens (um batalhão, uma companhia de engenharia e um posto de saúde). Nos últimos anos, militares brasileiros vêm prestando serviços às Nações Unidas, como observadores, na África, na América Central, na Europa, e na Ásia, e cooperando para a solução pacífica do conflito fronteiriço entre o Equador e o Peru. Recentemente, o Brasil tem enviado tropa de paz para o Timor Leste e, em maio do presente ano, enviou significativo contingente militar para o Haiti.

A par do excelente desempenho demonstrado pelas tropas e pelos observadores brasileiros em missões no exterior, o Exército tem participado de exercícios conjuntos com outros países.

A participação em missões de paz vem trazendo crescente prestígio à política externa e ao Exército Brasileiro, aumentando a projeção nacional no cenário mundial.

3-10.2 ATRIBUIÇÕES DE UMA FORÇA DE PAZ

A Política Externa Brasileira para Operações de Paz é fundamentada na Política de Defesa Nacional, consoante com a diretriz de participar de Operações Internacionais de Paz, de acordo com os interesses brasileiros.

Quando instaurada, uma Operação de Paz deve ser regida pelos princípios de imparcialidade, aplicação do mínimo de força necessária, negociação com todas as partes envolvidas e intermediação na busca de soluções, evitando-se a discussão de problemas e responsabilidades.

O Brasil considera que as Operações de Paz são instrumentos úteis para solucionar conflitos e ajudam a promover negociações político-diplomáticas, mas não podem substituí-las; a solução definitiva sempre dependerá da vontade política das partes.

O Brasil há muito tempo vem contribuindo com o esforço de organismos

internacionais de paz, quer pelo envio de observadores militares desarmados, quer pela inserção de tropas levemente armadas nas áreas conflagradas. Os objetivos têm sido monitorar o cessar-fogo entre as partes envolvidas e desenvolver as melhores condições para o pleno restabelecimento da paz regional.

3-10.3. MISSÕES EM ANGOLA.

O Brasil teve participação militar intensa durante o período em que foi possível o emprego de Força de Paz em Angola. Nesta fase, destacam-se os seguintes períodos:

- Primeira Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola - (UNAVEM I)

A Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola I transcorreu de 03/01/89 a 31/05/91 (término do mandato) tendo sido implementada para a constatação internacional da retirada dos efetivos cubanos e sul-africanos do território angolano. Contou com a participação de oito observadores e militares de Saúde do Brasil (EB-12), encarregados do apoio específico aos integrantes da missão.

Além disso, durante todo o mandato da UNAVEM I, o General-de-Brigada Péricles Ferreira Gomes exerceu o comando do contingente de 70 observadores militares das Nações Unidas. Comandada por oficial-general brasileiro, teve pleno sucesso, pois propiciou a assinatura do Acordo de Paz entre o governo daquele país e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), em maio de 1991, e, por conseguinte, a implementação da UNAVEM II.

- Segunda Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola - (UNAVEM II)

O Brasil continuou contribuindo para o segundo mandato da Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola, de maio de 1991 a fevereiro de 1995, com oito observadores militares, nove observadores policiais, uma unidade médica e, para monitorar as eleições de setembro de 1992, quatro eleitorais (funcionários do TSE). O General-de-Brigada Péricles Ferreira Gomes continuou exercendo o

comando do contingente de observadores militares nas Nações Unidas de maio a setembro de 1991.

- Terceira Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola - (UNAVEM III)

Em decorrência da assinatura dos novos acordos de paz, em 1995, em Lusaka, pelo governo e a UNITA, foi implementada a Missão de Verificação das Nações Unidas para Angola.

Esta teve por finalidade a verificação do cessar-fogo, a desmobilização ou a reintegração das tropas das partes em conflito às forças armadas angolanas e a realização do segundo turno das eleições gerais no país.

De agosto de 1995 a julho de 1997, o Brasil contribuiu com um batalhão de infantaria (800 homens), uma companhia de engenharia (200 homens), dois postos de saúde avançados (40 médicos e assistentes) e aproximadamente 40 oficiais do Estado-Maior para o terceiro mandato da Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola.

Durante todo o período da missão, o Brasil também contribuiu com uma média de 14 observadores militares e 11 observadores policiais e chegou a ser o maior contribuinte de tropas para a UNAVEM III, que durante quase dois anos foi a maior operação de paz das Nações Unidas.

A participação Brasileira na UNAVEM III fez com que o Brasil ocupasse, no início de 1996, a posição de quarto maior contribuinte de tropas para operações de paz das Nações Unidas.

Participaram do estado-maior do batalhão brasileiro dois militares argentinos, a convite do Brasil.

- Missão de Observação das Nações Unidas em Angola - (MONUA II)

O Brasil contribuiu, durante todo o mandato da Missão de Observadores das Nações Unidas em Angola (de julho de 1997 a fevereiro de 1998) com uma média de quatro observadores militares, aproximadamente 20 observadores policiais e dois oficiais que atuaram no Estado-Maior da missão. Em março de 1999, o Brasil passou a ceder uma unidade médica, composta por 15 militares do Exército, para prestar

apoio ao pessoal das Nações Unidas em Luanda durante o período de liquidação técnica da MONUA.

3-10.4. ATIVIDADES DA TROPA BRASILEIRA EM ANGOLA.

Inicialmente, as atividades da tropa foram basicamente militares: escolta, patrulha, segurança de instalações, *check-point* (bloqueio de estradas e ruas), patrulha de reconhecimento, controle de área, etc. Entretanto, por tratar-se de uma missão de paz, foi despendida uma parcela considerável do tempo em missões de caráter humanitário: vacinação, distribuição de comidas e remédios, pelotão mirim, atendimento médico diverso, recuperação de estradas e instalações, distribuição de água, promoção de cursos como pintura, eletricidade, horta, além da realização de 2 simpósios: um de educação física e outro de pedagogia.

As declarações do Gen Adhemar Machado ²⁵, Comandante do Terceiro Contingente Brasileiro em Angola, no período de agosto de 1996 a abril de 1997, reforçam este significativo trabalho de cooperação realizado pela tropa brasileira:

“ ...em diversas ocasiões pude constatar o grande espírito de solidariedade do soldado brasileiro, sua habilidade no trato com as pessoas, e uma singular afabilidade. Costumo destacar a disposição dos nossos militares em apoiar creches, asilos, escolas e hospitais, seja com atividades de recuperação de instalações, distribuição de água, seja realizando atividades de caráter psicossocial.

Todas as vezes que o Brasil se faz representar em missões de paz, seja sob a égide da ONU, seja sob a égide da OEA, ele se projeta como nação que busca a convivência pacífica e harmônica entre os povos, um traço marcante do nosso perfil como povo. Isto representa um belo exemplo de respeito e cooperação no concerto das nações. No meu ponto de vista, a nossa prioridade deve se direcionar para missões em países de língua portuguesa e países do contexto

²⁵ Ver *Entrevista de Machado, Adhemar*, 2004, no Anexo I desta monografia.

latino americano. Temos muito a mostrar ao mundo.” (Adhemar Machado, *Entrevista cedida a Joaquim Victor Rocha Alves*, em 18 de maio de 2004).

A participação brasileira nas operações de paz em Angola materializou o reinício e a intensificação da cooperação nacional para com os esforços da ONU em prol da paz mundial. No âmbito de sua política externa, o Brasil está trabalhando para integrar, como Membro-Permanente, o Conselho de Segurança da ONU. Para tanto, o País incrementou a sua participação nas resoluções desse conselho, priorizando os assuntos inerentes à África Austral, em especial, à Angola.

CONCLUSÃO

Angola foi a última colônia portuguesa a se tornar independente. Mesmo assim, a assinatura da independência em 1975 deu início a uma guerra entre os movimentos sociais pelo poder, que durou até 2002. Se forem considerados os movimentos pela independência, iniciados em 1961, o país esteve mergulhado em conflitos por mais de 40 anos, até o recente Acordo de Paz celebrado em 2002.

O Brasil é um país sem conflitos armados com outros países, voltado para o seu desenvolvimento e para o resgate da imensa dívida social que tem com o seu povo. Para tanto, torna-se fundamental a concretização de um ambiente de paz, de confiança e de respeito às normas de Direito nas suas relações internacionais.

Dentro deste contexto, esta monografia apresentou um quadro atualizado dos interesses e do grau de relacionamento e de cooperação entre Brasil e Angola.

Pode-se concluir que o Estado angolano não conheceu a paz durante longo período. O seu povo sofre ainda as amarguras do interminável conflito. Há ainda a deficiência de trabalho, alimentação, energia, transportes, saúde pública. Há, porém, a esperança de que com o fim da guerra civil em 2002, a paz em Angola seja consolidada e duradoura, permitindo a resolução de seus graves problemas internos.

As teorias de integração, particularmente, as teorias funcionalista e neofuncionalista, evoluíram e modificaram seus objetivos. Estas teorias e as atividades de integração e de cooperação internacional sofreram e ainda sofrem influência direta das diferentes fases da conjuntura mundial, sendo bem identificadas as mudanças entre o período da Guerra Fria e o período pós-Guerra

Fria.

Conclui-se também que a cooperação internacional entre Brasil e Angola, foi intensificada nos últimos anos. Algumas atividades na área econômica podem ser destacadas, com a presença de empresas de vulto como a Petrobrás, a Odebrecht e Furnas Hidroelétricas, que participam intensivamente na reconstrução de Angola. Também foi importante a participação de tropas brasileiras como parte integrante das Forças de manutenção de Paz da ONU, prestando apoio no sentido de evitar ou diminuir a intensidade dos conflitos.

O fim da guerra civil está permitindo a reconstrução política, econômica e social de Angola, o que possibilita o restabelecimento da soberania do Estado e a consolidação da nação angolana. O Brasil está sendo um ator privilegiado nesse processo, em razão de suas afinidades históricas e culturais.

Paralelamente ao adensamento das relações políticas, está presente, tanto em Brasília quanto em Luanda, o reconhecimento mútuo da necessidade de um relacionamento franco e construtivo entre os dois Estados.

As identidades histórica e cultural, e o oceano comum, que os une, constituem fatores de sucesso para os programas de desenvolvimento existentes em ambos os países, bem como da manutenção da paz na região do Atlântico Sul, conforme atesta o decidido apoio de ambos os países às iniciativas da Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul (ZPCAS) e da Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa (CPLP).

A aproximação com Angola, e com outros países da África, com certeza terá reflexos positivos para o Brasil na busca a sua ascensão à condição de membro permanente do Conselho de Segurança da ONU. A firme e correta participação do Brasil durante todo o período da crise angolana permitiu-lhe obter o respeito dos povos africanos que se traduzirá em votos de apoio às posições brasileiras nos grandes foros internacionais. No campo econômico, a nação angolana representa um grande mercado para os produtos e serviços do Brasil e uma fonte de matérias-primas para o parque industrial brasileiro.

Finalmente, como consequência das pesquisas realizadas, pode-se comprovar que, na área da cooperação internacional, a aproximação do Brasil com Angola foi bastante intensificada a partir de 1975, devendo ser mantida e até aumentada no futuro, contribuindo desta forma para a consolidação dos interesses nacionais e estratégicos dos dois países.

ANEXO II

ENTREVISTA COM O ENGENHEIRO JORGE LUIS DA SILVA

O Dr. Jorge Luis da Silva é natural da cidade de Resende-RJ e realizou o curso de Engenharia, no Rio de Janeiro, em 1981. Possui ainda o MBA em Gestão Empresarial, realizado na Faculdade Cândido Mendes, no Rio de Janeiro - RJ.

Ingressou na empresa FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A., onde desenvolveu brilhante carreira, desempenhando importantes funções como Engenheiro e Chefe de Setor de Linhas de Transmissão.

Considerado por seus amigos de trabalho como um excelente profissional de Furnas é possuidor de uma personalidade marcada pela camaradagem, amizade e extrema facilidade de relacionamento tanto no meio profissional como com o público externo. Estes atributos foram fundamentais para que fosse escolhido e designado para a importante função que desempenhou em Angola, representando não apenas Furnas, mas também o Brasil, em uma atividade típica de cooperação internacional.

Em sua mais recente transferência, foi movimentado para Brasília-DF, onde atualmente ocupa o cargo de Chefe de Escritório de Construção de Furnas, sendo responsável pelas obras de transmissão realizadas na área dos Estados de Goiás, Tocantins, norte de Minas Gerais e Distrito Federal.

VITOR – *O senhor considera que a participação de Furnas em Angola teve conseqüências positivas para a melhoria da crítica situação que se encontrava Angola ?*

Dr. Jorge – Sem dúvidas que sim. A presença de brasileiros não só de Furnas, mas também de outras empresas como a Odebrecht, contribuiu muito para o impulso dado ao desenvolvimento daquele país,

mesmo durante o período de conflitos internos.

VITOR – *Qual o cargo que o senhor desempenhou em Angola? Em que período?*

Dr. Jorge – Estive em Angola nos anos 1991/92, período em que participei da equipe de Engenheiros encarregada de gerenciar e acompanhar as atividades do Projeto

Capanda, referente à construção da gigantesca hidroelétrica de Capanda, considerada uma obra fundamental para a industrialização e o desenvolvimento daquele país.

VITOR – *Qual foi especificamente o trabalho desenvolvido por Furnas em Angola?*

Dr. Jorge – De maneira bem ampla, o contrato de Furnas previa a prestação de assessoria técnica e gerencial ao governo de Angola, em relação ao já citado Projeto Capanda. Foi bastante gratificante para Furnas a sua escolha, pois retratava um reconhecimento internacional pela qualidade e experiência que nossa empresa brasileira possuía. Cabia à Furnas prestar assessoria ao GAMEK – Gabinete de Aproveitamento do Médio-Kuanza, no gerenciamento do contrato, bem como no acompanhamento e na fiscalização dos serviços de construção da barragem e do sistema de transmissão, que inclui as linhas de transmissão e as subestações.

VITOR – *Nestas atividades, pode-se caracterizar que houve a transferência de tecnologia ?*

Dr. Jorge – Com certeza. Um exemplo bastante marcante que ocorreu e ocorre inclusive nos dias de hoje, são os treinamentos e capacitação do pessoal angolano. O treinamento para operadores da Usina hidroelétrica é realizado num Centro de Treinamento de Furnas em Passos - MG e o treinamento para fiscalização de empreendimentos de linhas de transmissão e subestações

são realizados no Centro de Treinamento de Furnas, no Rio de Janeiro. Em uma viagem que fiz recentemente ao Rioaneiro, verifiquei a presença de um grupo de angolanos realizando cursos aqui no Brasil. Neste tipo de atividade, dentro do contexto de cooperação internacional, é transmitido a estes funcionários angolanos o “Know how” necessário aos trabalhos do Projeto Capanda.

VITOR - *Além dos trabalhos técnicos e de gestão do Projeto Capanda, os funcionários de Furnas participaram de outras atividades de cooperação junto à população?*

Dr. Jorge – Houve um período, durante a construção da hidroelétrica, em que cerca de 5.000 angolanos e suas respectivas famílias receberam apoio em assistência social, médica e odontológica.

VITOR – *É muito comentado que os brasileiros no exterior, são sempre bem relacionados e admirados pelos estrangeiros. O senhor pode constatar este fato em Angola?*

Dr. Jorge - Sim, realmente a população local nos tratava com muito respeito e camaradagem. Um fator que facilitou enormemente esta integração foi a linguagem comum e a identidade de alguns costumes. Este relacionamento fácil entre angolanos e brasileiros muito nos auxiliou a superar os problemas pessoais e familiares.

VITOR – *Encerrando, o senhor poderia resumir a participação de*

brasileiros de Furnas em Angola, dentro do contexto de cooperação internacional, considerando a postura que o Brasil tem adotado nos últimos anos?

Dr. Jorge – Meu depoimento pessoal, bem como de outros brasileiros que lá estiveram, é de que posso afirmar que foi uma experiência extremamente gratificante, não só do ponto de vista profissional como também pessoal, ao termos a convicção de que colaboramos para o desenvolvimento de nossos irmãos angolanos. Penso que o Governo brasileiro poderia estender esta experiência bem sucedida a outros países que necessitem deste tipo de cooperação.

ANEXO I

ENTREVISTA COM O GEN ADHEMAR DA COSTA MACHADO FILHO

O General Adhemar da Costa Machado Filho, após concluir o Colégio Militar de Curitiba em 1969, matriculou-se na AMAN, onde se formou Oficial do Exército em 1973. Durante sua excepcional carreira, realizou com destaque todos os cursos importantes no Exército.

Comandou o 62º Batalhão de Infantaria, em Joinville-SC e, em duas oportunidades exerceu funções no exterior: no Paraguai, em 1993, como membro da Missão Militar Brasileira de Instrução e, no período de agosto de 1996 a março de 1997, como comandante do Batalhão Força de Paz, em Angola.

Considerado por companheiros de sua turma como um dos oficiais mais brilhante do Exército Brasileiro, tem como características um temperamento afável, uma camaradagem destacada, uma extrema facilidade de relacionamento tanto no meio militar como no civil e um elevado grau de liderança. Com certeza, estes atributos foram fundamentais para a sua designação na importante e nobre missão de Comandante do Batalhão integrante da Força de Paz em Angola.

Promovido ao posto de General de Brigada, em 31 de março de 2003, atualmente é o Comandante da 14ª Brigada de Infantaria Motorizada, sediada em Florianópolis-SC..

VITOR – *O senhor considera que a participação do Brasil, enviando tropa como Força de Paz, teve conseqüências positivas para a crítica situação que se encontrava Angola?*

Gen Adhemar – Com certeza, a presença de tropa de paz auxiliou em muito na tentativa de normalizar a vida institucional de Angola, pelo menos enquanto as forças em conflito aceitavam uma trégua. Foi uma atuação bastante eficaz durante o

período de cessar fogo entre as forças em disputa.

VITOR – *Qual a função que o senhor desempenhou em Angola? Em que período?*

Gen Adhemar - Fui comandante do terceiro contingente brasileiro em Angola, período de agosto de 1996 a abril de 1997. A Unidade era o 62º Batalhão Força de Paz, formado pelos militares do 62º Batalhão de

Infantaria, de Joinville, e completado com representantes de outras Unidades do EB, já que o Batalhão não possuía militares com todas as especialidades exigidas pela ONU.

VITOR – *Qual foi especificamente a missão atribuída à tropa brasileira ?*

Gen Adhemar - A missão era basicamente militar: escolta, patrulha, segurança de instalações, “check-point” (bloqueio de estradas e ruas), patrulha de reconhecimento, controle de área e outras atividades com a finalidade de assegurar ao governo e principalmente à população, condições mínimas de segurança para que o país retornasse à situação de normalidade.

VITOR - *Além de garantir o “cessar fogo” em Angola, a tropa brasileira participou de outras atividades?*

Gen Adhemar – Sem dúvida, esta pergunta é muito oportuna, pela extrema importância e reflexos nos civis angolanos. Na nossa situação na época, por tratar-se de uma missão de paz, foi possível, e até necessário, dedicarmos uma parcela considerável do tempo em missões de cooperação e de caráter humanitário: vacinação, distribuição de comidas e remédios, pelotão mirim, atendimento médico diverso, recuperação de estradas e instalações, distribuição de água, promoção de cursos como pintura, eletricidade, horta, além da realização de simpósios como de educação física e de pedagogia. Estas atividades tiveram excelente repercussão, enaltecendo os militares brasileiros que delas participaram.

VITOR – *Muitos falam da facilidade com que o “jeito” brasileiro de ser e*

de se relacionar contribui para o carinho e a admiração que os estrangeiros têm pelo Brasil. O senhor pode constatar este fato em Angola? Poderia citar algum caso característico deste relacionamento?

Gen Adhemar - Sim, em diversas ocasiões pude constatar o grande espírito de solidariedade do soldado brasileiro, sua habilidade no trato com as pessoas, e uma singular afabilidade. Costumo destacar a disposição dos nossos militares em apoiar creches, asilos, escolas e hospitais, seja com atividades de recuperação de instalações, distribuição de água, seja realizando atividades de caráter psicossocial. Os representantes de outros países, que também participavam da missão, continuamente manifestavam a facilidade de relacionamento com a tropa brasileira.

VITOR – *Para concluir, como o senhor resumiria a participação de tropa brasileira em Angola, dentro do contexto de cooperação internacional que o Brasil tem adotado nos últimos anos?*

Gen Adhemar - .Todas as vezes que o Brasil se faz representar em missões de paz, seja sob a égide da ONU, seja sob a égide da OEA, ele se projeta como nação que busca a convivência pacífica e harmônica entre os povos, um traço marcante do nosso perfil como povo. Isto representa um belo exemplo de respeito e cooperação no concerto das nações. No meu ponto de vista, a nossa prioridade deve se direcionar para missões em países de língua portuguesa e países do contexto latino americano. Temos muito a mostrar ao mundo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ANSTEE, Margaret. Relatório de Informações sobre a Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola, UNAVEM II, Luanda: 1992.
2. BERGO, Márcio Tadeu Bettega. *U N A V E M: Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola*. Rio de Janeiro: Monografia defendida na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), 1992.
3. BRITAIN, Victoria. *Morte e Dignidade: A Guerra Civil em Angola*. Lisboa: Publicações Dom Quixote. 1999.
4. CARDOSO, Afonso José Sena. *O Brasil nas Operações de Paz das Nações Unidas*. Brasília: Instituto Rio Branco (Fundação Alexandre Gusmão). 1998.
5. CARNEIRO, Flávio. *O Brasil e as Operações de Paz em Angola: Experiências e Ensinos*. Rio de Janeiro: Monografia defendida na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. (ECEME), 1992.
6. CASTRO , Therezinha de. *África: Geohistória , geopolítica e relações internacionais*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército. 1981.
7. CUNHA, Luiz Edmundo da. *Principais fatores que podem favorecer ou prejudicar o relacionamento entre o Brasil e os países africanos , perspectivas na Política Externa e no Comércio Exterior do Brasil* . Rio de Janeiro: Monografia defendida na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. (ECEME).1978.
8. ESTADO - MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS . *Diretriz Geral de Planejamento Referente ao Contingente Brasileiro para Integrar a Terceira Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola (UNAVEM III)*. Brasília: 1995.
9. GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da Modernidade*. São Paulo: Editora UNESP. 1991.

10. HUNTINGTON, Samuel. *O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial*. São Paulo: Editora Objetiva. 1996.
11. KEOHANE, Robert e NYE, Joseph. *Poder e Interdependência*. Buenos Aires: Editora GEL. 1988.
12. PATRÍCIO, José. *Angola-EUA: Os caminhos do bom senso*. Lisboa: Publicações Dom Quixote. 1998.
13. PONS, Luis Alberto. *Claves Del Siglo XXI*. Buenos Aires: Editora Dunken. 2000.
14. TROYJO, Marcos Prado. *Tecnologia e Diplomacia: Desafios da Cooperação Internacional no campo Científico-Tecnológico*. São Paulo: Edições Aduaneiras Ltda. 2003.
15. VAZ, Alcides Costa. *Cooperação, Integração e Processo Negociador: A construção do Mercosul*. Brasília: IBRI. 2002.
16. JORNAL DO BRASIL : *Tipo exportação* - 20 de julho de 2003.
17. NOTÍCIAS DE ANGOLA. Informativo do Consulado Geral de Angola no Rio de Janeiro. Ano 9. Nº 220 a 222 – Janeiro a Março de 2004.
18. O ESTADO DE SÃO PAULO : *Petrobrás prepara volta ao Oriente Médio e à África* - 10 de julho de 2003
19. O ESTADO DE SÃO PAULO : *Feira Internacional de Luanda* - 25 de julho de 2003.
20. O GLOBO : *Angola, um longo caminho na volta à paz*. Rio de Janeiro: 01 de junho de 2003.
21. REVISTA DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. Ano X, N º 29. Rio de Janeiro: ESG, Divisão de Documentação, 1983. Semestral.
22. REVISTA ANGOLA HOJE. Ano 3 – Nº 10 – Setembro/Octubre 2003
23. REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA INTERNACIONAL. Ano 45 – Nº 1. Brasília: 2002.
24. REVISTA DE FURNAS – Projeto Capanda / Angola - Edição Especial – 2003.
25. REVISTA DA ODEBRECHT – Odebrecht em Angola - Edição Especial – 2003.

26. "HUMAN RIGHTS WATCH": <http://www.hrw.org/portuguese/reports/angola0803/3.htm>. Acesso em 22/03/2004
27. IMIGRANTES: <http://imigrantes.no.sapo.pt/page2angola2.html>. Acesso em 10/04/2004.
28. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL: http://www.abc.mre.gov.br/cooptec/ctpd_cf_ba.htm. Acesso em 14/04/2004.
29. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DE ANGOLA: <http://www.mirex.ebonet.net/angola.htm> . Acesso em 25/04/2004.
30. PRAVDA ONLINE, disponível em <http://64.233.167.104/search?q=cache:2QPRyY0c5NcJ:port.pravda.ru/angola/2003>. Acesso em 15/04/2004.
31. TV CULTURA: [http://www.tvcultura.com.br/aloescola/historia/querrafria/ guerra10/terceiromundo-africa3.htm](http://www.tvcultura.com.br/aloescola/historia/querrafria/guerra10/terceiromundo-africa3.htm) . Acesso em 02/05/2004
32. VISÃO NEWS: Petrobrás investe bilhões de dólares em Angola – Janeiro de 2004. [http://64.233.167.104/search?q=cache:j15kzJ42a_gJ:www.visaonews.com/v/MUNDO/2004/01/WORLD032.aspx+participa%C3%A7%C3%A3o+ brasileira+%22angola%22&hl=pt&lr=lang_pt](http://64.233.167.104/search?q=cache:j15kzJ42a_gJ:www.visaonews.com/v/MUNDO/2004/01/WORLD032.aspx+participa%C3%A7%C3%A3o+brasileira+%22angola%22&hl=pt&lr=lang_pt). Acesso em 10/04/2004.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BUCCI, Eugênio. *Sobre Ética e Imprensa*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.
- CORNU, Daniel. *Ética da Informação*. São Paulo: Editora da Universidade do Sagrado Coração(EDUSC), 1998.
- DE PAULA, Patrícia. *Novo jornalismo investigativo*. Disponível em <www.unb.br/fac/sos/novo/jornalismo_investigativo.htm> Acesso em 25 de agosto, 2003, 1230h.
- GOMES, Pedro Gilberto. *Comunicação Social: Filosofia, Ética e Política*. São Leopoldo. Editora Unisinos.
- HA, Tran. *Jornada através do "Campo Minado da Ética"*. Disponível em <<http://usinfo.state.gov/journals/itgic/0401/ijgp/ig0405.htm>> Acesso em 15 de outubro, 2003, 2030h.
- HENRIQUES, Diana B. *O Jornalismo na Era do Dinheiro*. Disponível em <<http://usinfo.state.gov/journals/itgic/0401/ijgp/ig0408.htm>> Acesso em 15 de outubro, 2003, 1930h.
- HOUSTON, Brant. Esforços Investigativos aceleram ao redor do mundo. Disponível em <<http://www.abraji.org.br/invest.htm>>. Acesso em 22 de agosto, 2003, 1630h.
- JOHNSON, Paul. *Os Intelectuais*. Rio de Janeiro: Ed.Imago, 1990.
- JUDITH, S. Siegel. *Questões Globais: A Ética e os Meios de Comunicação*. Disponível em <http://216.239.53.104/search?q=cache:ITFIbolOkHYJ:usinfo.state.gov/journals/itgic/0401/ijgp/ijgp0401.htm+bibliografia+%22jornalismo+investigativo%22&hl=pt&lr=lang_pt&ie=UTF-8> Acesso em 17 de outubro, 2003, 2100h.
- NASSIF, Luís. *O jornalismo dos anos 90*. Brasília: Editora Futura, 2003.
- PEGORARO, Olinto A. *Ética é Justiça*. Ed. Vozes, 2001
- RIBEIRO, Alex. *Caso Escola Base: os abusos da imprensa*. São Paulo: Ed. Ática, 1995.

SIEGEL, Judith. *A Ética e os Meios de Comunicação*. Publicação Eletrônica do Departamento de Estado dos Estados Unidos, Abril de 2001, Vol 6, Nº 1. Disponível em

<http://216.239.53.104/search?q=cache:ITFIbolOkHYJ:usinfo.state.gov/journals/itgic/0401/ijgp/ijgp0401.htm+bibliografia+%22jornalismo+investigativo%22&hl=pt&lr=lang_pt&ie=UTF-8> Acesso em 23 de agosto, 2003, 1100h.

SOARES, Marcelo. *A Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji)*.

Disponível em <<http://www.abraji.org.br/>> Acesso em 22 de agosto, 2003, 1600h.

SOUZA, Percival de. *Narcoditadura: O caso Tim Lopes, Crime Organizado e Jornalismo Investigativo no Brasil*. São Paulo: Labortexto Editorial, 2002.

STEELE, Robert e Jay BLACK, Jay. *Os Códigos de Ética dos Meios de Comunicação e para Além deles*. Disponível em

<<http://usinfo.state.gov/journals/itgic/0401/ijgp/ig0409.htm>> Acesso em 16 de outubro, 2003, 2000h.

1. ANSTEE, Margaret. Relatório de Informações sobre a Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola, UNAVEM II, Luanda: 1992.
2. BERGO, Márcio Tadeu Bettega. *U N A V E M: Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola*. Rio de Janeiro: Monografia defendida na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), 1992.
3. BRITAIN, Victoria. *Morte e Dignidade: A Guerra Civil em Angola*. Lisboa: Publicações Dom Quixote. 1999.
4. CARDOSO, Afonso José Sena. *O Brasil nas Operações de Paz das Nações Unidas*. Brasília: Instituto Rio Branco (Fundação Alexandre Gusmão). 1998.
5. CARNEIRO, Flávio. *O Brasil e as Operações de Paz em Angola: Experiências e Ensinos*. Rio de Janeiro: Monografia defendida na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. (ECEME), 1992.

6. CASTRO , Therezinha de. *África: Geohistória , geopolítica e relações internacionais*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército. 1981.
7. CUNHA, Luiz Edmundo da. *Principais fatores que podem favorecer ou prejudicar o relacionamento entre o Brasil e os países africanos , perspectivas na Política Externa e no Comércio Exterior do Brasil* . Rio de Janeiro: Monografia defendida na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. (ECEME).1978.
8. ESTADO - MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS . *Diretriz Geral de Planejamento Referente ao Contingente Brasileiro para Integrar a Terceira Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola (UNAVEM III)*. Brasília: 1995.
9. GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da Modernidade*. São Paulo: Editora UNESP. 1991.
10. HUNTINGTON, Samuel. *O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial*. São Paulo: Editora Objetiva. 1996.
11. KEOHANE, Robert e NYE, Joseph. *Poder e Interdependência*. Buenos Aires: Editora GEL. 1988.
12. PATRÍCIO, José. *Angola-EUA: Os caminhos do bom senso*. Lisboa: Publicações Dom Quixote. 1998.
13. PONS, Luis Alberto. *Claves Del Siglo XXI*. Buenos Aires: Editora Dunken. 2000.
14. TROYJO, Marcos Prado. *Tecnologia e Diplomacia: Desafios da Cooperação Internacional no campo Científico-Tecnológico*. São Paulo: Edições Aduaneiras Ltda. 2003.
15. VAZ, Alcides Costa. *Cooperação, Integração e Processo Negociador: A construção do Mercosul*. Brasília: IBRI. 2002.
16. JORNAL DO BRASIL : *Tipo exportação* - 20 de julho de 2003.
17. NOTÍCIAS DE ANGOLA. Informativo do Consulado Geral de Angola no Rio de Janeiro. Ano 9. Nº 220 a 222 – Janeiro a Março de 2004.

18. O ESTADO DE SÃO PAULO : *Petrobrás prepara volta ao Oriente Médio e à África* - 10 de julho de 2003
19. O ESTADO DE SÃO PAULO : *Feira Internacional de Luanda* - 25 de julho de 2003.
20. O GLOBO : *Angola, um longo caminho na volta à paz*. Rio de Janeiro: 01 de junho de 2003.
21. REVISTA DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. Ano X, N^o 29. Rio de Janeiro: ESG, Divisão de Documentação, 1983. Semestral.
22. REVISTA ANGOLA HOJE. Ano 3 – N^o 10 – Setembro/Outubro 2003
23. REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA INTERNACIONAL. Ano 45 – N^o 1. Brasília: 2002.
24. REVISTA DE FURNAS – Projeto Capanda / Angola - Edição Especial – 2003.
25. REVISTA DA ODEBRECHT – Odebrecht em Angola - Edição Especial – 2003.
26. “HUMAN RIGHTS WATCH”: <http://www.hrw.org/portuguese/reports/angola0803/3.htm>. Acesso em 22/03/2004
27. IMIGRANTES: <http://imigrantes.no.sapo.pt/page2angola2.html>. Acesso em 10/04/2004.
28. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL: http://www.abc.mre.gov.br/cooptec/ctpd_cf_ba.htm. Acesso em 14/04/2004.
29. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DE ANGOLA: <http://www.mirex.ebonet.net/angola.htm> . Acesso em 25/04/2004.
30. PRAVDA ONLINE, disponível em <http://64.233.167.104/search?q=cache:2QPRyY0c5NcJ:port.pravda.ru/angola/2003>. Acesso em 15/04/2004.
31. TV CULTURA: <http://www.tvcultura.com.br/aloescola/historia/guerrafria/ guerra10/terceiromundo-africa3.htm> . Acesso em 02/05/2004
32. VISÃO NEWS: *Petrobrás investe bilhões de dólares em Angola – Janeiro de 2004*. http://64.233.167.104/search?q=cache:j15kzJ42a_gJ:www.visaonews.com/v/MUNDO/2004/01/WORLD032.aspx+participa%C3%A7%C3%A3o+brasileira+%22angola%22&hl=pt&lr=lang_pt. Acesso em 10/04/2004.

